

ACTA DA REUNIÃO DE 23.12.2013 (PÚBLICA)

ACTA N.º 25/2013

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Paulo António Pardal Dias Jorge, Licenciado em Direito, Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1.** Acta; **2. DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO: 2.1.** Manutenção dos Protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia; **2.2.** Actualização da Tabela de Taxas e Tarifas – Ano 2014; **2.3.** Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento Bar: La Luna, na Ericeira – Término do período de audiência do interessado; **2.4.** Realização de duas feiras extraordinárias na Malveira; **3. DEPARTAMENTO SOCIOCULTURAL: 3.1.** Gratuidade nos serviços da componente de apoio à família – ano lectivo 2013/2014 – Ratificação de Despacho; **3.2.** Comparticipação de transporte em circuito especial – aluno com NEE da Escola Secundária José Saramago – Mafra; **4. DEPARTAMENTO JURÍDICO: 4.1.** Mafratlântico, Vias Rodoviárias, EM – Dissolução/ Liquidação; **5. DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO: 5.1.** Reforço e Alteração do Sistema de Abastecimento de Água do Jeromelo; **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: --- -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. -----

--- **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- **1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA:** -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, conforme listagem em anexo (ANEXO I). -----

--- **2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente deu conhecimento que, à semelhança de anos anteriores, teriam lugar, na Ericeira, os tradicionais festejos de fim-de-ano, incluindo a animação no “Jogo da Bola” e o fogo-de-artifício. Informou, ainda, que o fogo-de-artifício seria suportado pelos comerciantes daquela vila. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora expressou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel de Oliveira, antigo Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Alcaíça, que se dedicou, por inteiro, à sua Freguesia, contribuindo para a sua defesa e valorização. Endereçou sentidos pêsames à esposa e à família de fregueses da sua Freguesia de Alcaíça. -----

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- O Vereador manifestou o seu desagrado pelo facto de Mafra ter sido referenciado, na primeira página do jornal “Diário de Notícias”, como sendo um dos vinte e oito municípios com a taxa de IMI mais alta do país. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente referiu que o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel de Oliveira é de todo o Executivo, reconhecendo o seu mérito, muito especialmente, na constituição da própria freguesia de São Miguel de Alcaíça. Informou, ainda, que nas cerimónias fúnebres apresentara, institucionalmente, as condolências à família enlutada. -----

--- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -

--- **1. ACTA:** -----

ACTA DA REUNIÃO DE 23.12.2013 (PÚBLICA)

--- Foi distribuída a todos os Vereadores cópia da acta da reunião realizada em 13 de Dezembro corrente, sobre a qual não foram feitos quaisquer comentários, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- 2. DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO**GERAL E FINANCEIRO: -----****--- 2.1. MANUTENÇÃO DOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA: -----**

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, acompanhada dos protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia e aditamentos, actualmente em vigor (ANEXO II). -----

--- A Câmara Municipal, nos termos e pelos fundamentos constantes da proposta em apreço, deliberou, por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores do Partido Socialista Elísio Summavielle e Sérgio Santos e do Vereador da CDU Rogério Costa, e a abstenção da Vereadora Antonieta Lourenço, do PS, propor a manutenção em vigor dos Protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, que constam em anexo à mesma, e que se dão por integralmente reproduzidos, até à entrada em vigor dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução, que vierem a ser oportunamente celebrados. Deliberou, ainda, consequentemente propor a ratificação - sanção de todos os actos de execução financeira que tenham sido praticados até à presente data, decorrentes dos protocolos em apreço, tendo em vista acautelar-se o princípio da legalidade da despesa. Mais deliberou remeter a presente proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal, para os efeitos das alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, tendo em vista a sua aprovação. -----

--- 2.2. ACTUALIZAÇÃO DE TABELA DE TAXAS E TARIFAS - ANO 2014: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13708, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, do Director do Departamento

da Presidência, Administração Geral e Financeiro e do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 18 de Dezembro corrente (ANEXO III). -----

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento da actualização da Tabela de Taxas e Tarifas, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2014. -----

--- 2.3. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO BAR "LA LUNA" NA ERICEIRA - TÉRMINO DO PERÍODO DE AUDIÊNCIA DO INTERESSADO: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13621, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, do Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro e do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 17 de Dezembro corrente (ANEXO IV). -----

--- Na sequência da deliberação de Câmara de 15 de Novembro último e decorrido o período de audiência prévia, sem que o interessado se tenha pronunciado, sobre a intenção de indeferimento do requerido, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PPD/PSD, do Vereador Rogério Costa, da CDU, e dos Vereadores Elísio Summavielle e Antonieta Lourenço, do Partido Socialista, e a abstenção do Vereador Sérgio Santos, do Partido Socialista, indeferir a pretensão do alargamento do horário de funcionamento para o estabelecimento "La Luna" na Ericeira, até às 03:00 horas, de acordo com o artigo 4.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra. -----

--- 2.4. REALIZAÇÃO DE DUAS FEIRAS EXTRAORDINÁRIAS NA MALVEIRA: --

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13720, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, do Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro e do Vereador Hugo Moreira Luís, todos, datados de 18 de Dezembro corrente (ANEXO V). -----

--- Atenta a informação em anexo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar duas feiras extraordinárias na Malveira, agendadas para os dias 24 e 31 de Dezembro corrente, conforme solicitado pela União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, desde que asseguradas todas as regras de funcionamento dos respectivos recintos, em cumprimento do n.º 7 do artigo 18.º da Lei

ACTA DA REUNIÃO DE 23.12.2013 (PÚBLICA)

n.º 27/2013, de 12 de Abril, conjugado com o artigo 13.º do Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Mafra. -----

--- 3. DEPARTAMENTO SOCIOCULTURAL: -----

--- 3.1. GRATUITIDADE NOS SERVIÇOS DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - ANO LECTIVO 2013/2014 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13218, datada de 17 de Dezembro corrente, elaborada pelo Departamento Sociocultural, sobre a qual recaiu parecer favorável da Vereadora Célia Batalha Fernandes, datado de 18 do mesmo mês (ANEXO VI). -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes aditou que se trata de ratificar o despacho que concedeu, a um aluno, o valor total de € 97,82 relativo à gratuidade do serviço de refeições, atendendo à situação de carência comprovada do agregado familiar. --

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a comparticipação financeira atribuída, relativamente aos serviços da Componente de Apoio à Família no ano lectivo 2013/2014, constantes do quadro em anexo à informação supra referida. -----

--- 3.2. COMPARTICIPAÇÃO DE TRANSPORTE EM CIRCUITO ESPECIAL - ALUNO COM NEE DA ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ SARAMAGO – MAFRA: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13361, datada de 16 de Dezembro corrente, elaborada pelo Departamento Sociocultural, sobre a qual recaiu parecer favorável da Vereadora Célia Batalha Fernandes, datado de 18 do mesmo mês (ANEXO VII). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea gg), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a comparticipação financeira a atribuir à Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, pelo fornecimento de transporte ao aluno Eduardo Diogo Ferreira da Costa, entre a localidade do Sobreiro e a Escola Secundária José Saramago, em Mafra, através da celebração de um Acordo de Colaboração, nos termos constantes do documento em anexo. -----

--- 4. DEPARTAMENTO JURÍDICO: -----

--- 4.1. MAFRATLÂNTICO, VIAS RODOVIÁRIAS, EM - DISSOLUÇÃO/ LIQUIDAÇÃO: -----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, datada de 17 de Dezembro corrente, anexando documentação diversa (ANEXO VIII). -----

--- Reportando-se à proposta em anexo, o Presidente disse que se pretende, por um lado, dar conhecimento detalhado, à Câmara e à Assembleia Municipal, do processo de dissolução e liquidação da Mafratlântico, nomeadamente do estado dos processos judiciais em curso relativos à expropriação das parcelas que visaram a construção da auto-estrada e, principalmente, do relatório de contas e do exercício final, verificando-se que se encontra por pagar o montante de 7.641.890,20€ (acrescido de juros de mora vencidos desde Maio de 2010), ao consórcio empreiteiro, bem como à instituição de crédito a quem aquele cedeu créditos, cujo pagamento está a ser negociado pelo Executivo Municipal. Por outro lado, propõe-se que se oficie a Estradas de Portugal para que proceda ao pagamento, até 15 de Janeiro próximo, da quantia de 4.825.713,51€, crédito este que é devido à Mafratlântico nos termos do acordo celebrado em 2009, sendo que, na impossibilidade de se obter uma solução concertada, se recorra à arbitragem. -----

--- O Vereador Rogério Costa interveio, referindo que a auto-estrada fora mais uma entre outras obras megalómanas que haviam sido feitas, acrescentando que, na sua opinião, os números são bastante superiores aos apresentados, dado que existem processos pendentes em Tribunal relativos às expropriações efectuadas. Mais referiu que se promoveu a auto-estrada, junto da população, com o argumento de que se melhorariam as acessibilidades para Lisboa, com portagens consideradas acessíveis, mas sublinhou que nalguns troços são cobradas portagens das mais caras do país. Recordou, também, que os seis milhões de euros gastos no troço que vai de Mafra até à rotunda da Carapinheira também contribuíram para os encargos finais. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço aludiu à listagem que traduz o estado dos processos judiciais em curso relativos à expropriação das parcelas que visaram a construção da auto-estrada, valores estes que são reportados a 2006 e identificados no documento 4, questionando se os mesmos estão actualizados e se esses ónus são imputáveis à Câmara Municipal. -----

--- O Vereador Sérgio Santos referiu que esta Câmara fora a única, a nível do país, a fazer uma auto-estrada, quando a tutela pertence à Administração Central, o que

ACTA DA REUNIÃO DE 23.12.2013 (PÚBLICA)

demonstra, na sua opinião, a visão megalómana de quem comandava os destinos desta Edilidade. Acrescentou, ainda, que a Câmara vai ficar com mais um encargo na ordem dos nove milhões de euros, se a receita expectável, no valor de quatro milhões e oitocentos mil euros, não se concretizar, sendo o diferencial entre o passivo e o activo expectável de quase 50%. Alertou, também, que neste valor ainda não estão contabilizadas as expropriações. O Vereador recordou que este empreendimento poderia ter um final pior para o Município de Mafra e que, na sua opinião, só não o teve porque um Governo do Partido Socialista aceitou que a auto-estrada passasse para as Estradas de Portugal. -----

--- O Presidente da Câmara recordou que a auto-estrada é utilizada diariamente por inúmeros munícipes, os quais testemunham a sua inquestionável importância. Considerou que o Concelho de Mafra não seria o que é hoje se não fosse esta infraestrutura. Contudo, recordou que o custo deste investimento tem de ser pago. Acrescentou que todos gostariam que o valor das portagens fosse inferior, pese embora não seja o mais elevado do país, mas que tal argumento não deve ser utilizado para pôr em causa a oportunidade da auto-estrada. Reportando-se às expropriações, explicou que os valores foram calculados à data de 2006, havendo a possibilidade dos mesmos variarem consoante a decisão do Tribunal. No caso de estes serem superiores aos que se encontram já depositados à ordem do Tribunal, terão de ser suportados pelo Município. O Presidente recordou que a transferência da auto-estrada para a EP - Estradas de Portugal, SA se encontrava previamente definida no Protocolo celebrado, onde se preconizava que, no final da construção, a mesma seria entregue à EP. Quando tal aconteceu, o Governo que se encontrava em funções na altura mais não fez do que cumprir o que estava acordado entre as partes. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle, no uso da palavra, afirmou que, apesar do Protocolo inicial contemplar a situação enunciada pelo Presidente, na altura em que a EP tomara conta da auto-estrada não estavam reunidas as condições iniciais do Protocolo, tendo tal situação sido resolvida por vontade política do Governo de então. -----

--- O Presidente da Câmara discordou desta afirmação e aditou que, inclusivamente, as condições para a transferência da auto-estrada em apreço estavam conseguidas dois anos antes e que, se tal tivesse acontecido mais cedo, provavelmente algumas das contingências que oneram agora a Câmara de Mafra não existiriam. Ainda assim, reconheceu que, no final, existira vontade política para conduzir as partes ao acordo. -----

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento: do Relatório de Contas e do Balanço do Exercício Final apresentado pelo Liquidatário; da deliberação tomada pela Assembleia Geral da empresa Mafratlântico - Vias Rodoviárias, EM, que se encontra expressa na acta daquele órgão; da listagem sobre o estado dos processos judiciais em curso, relativos à expropriação das parcelas que visaram a construção da auto-estrada. E deliberou, por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PPD/PSD, os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter estes documentos a conhecimento da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da aludida Lei. Deliberou, ainda, oficiar a EP - Estradas de Portugal, S.A. para que proceda ao pagamento da quantia reclamada no valor de € 4.825.713,51 (quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos e treze euros e cinquenta e um cêntimos), até dia 15 de Janeiro de 2014, sob pena de, não o fazendo, e tal se traduzir na impossibilidade de se obter uma solução concertada, se recorrer à arbitragem, através da constituição de um Tribunal Arbitral, tal como previsto na cláusula 11.ª do contrato celebrado. Por último, deliberou dar, também, conhecimento à Assembleia Municipal desta última decisão.

--- Apresentou declaração de voto verbal o Vereador Rogério Costa, da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: *"A situação a que a Câmara chegou só agora é reconhecida, depois das eleições, e para justificar os aumentos de impostos aos munícipes, fruto da gestão ruínosa do PSD ao longo de trinta anos. Foram trinta anos de uma política de direita para beneficiar alguns privilegiados. Fizeram obras megalómanas, muitas delas de utilidade duvidosa para a maioria da população. Fizeram privatizações das escolas, privatizaram a água (agora entregue aos chineses), criaram muitas empresas municipais com participação de alguns privados, com conselhos de administração principescamente pagos. Algumas dessas empresas utilizaram recursos municipais para beneficiar os privados."* -----

ACTA DA REUNIÃO DE 23.12.2013 (PÚBLICA)

--- 5. DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO: -----**--- 5.1. REFORÇO E ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO JEROMELO: -----**

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13713, elaborada pelo Departamento de Obras e Urbanismo e ainda o parecer da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, ambos, datados de 18 de Dezembro corrente, bem como parecer de concordância do Vice-Presidente, da mesma data (ANEXO IX). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PPD/PSD, e dos Vereadores Elísio Summavielle e Antonieta Lourenço, do Partido Socialista, com as abstenções do Vereador Sérgio Santos do Partido Socialista e do Vereador Rogério Costa da Coligação Democrática Unitária, atribuir, a título compensatório, o valor de € 1.000,00 (mil euros), ao proprietário do prédio inscrito na matriz Cadastral Rústica sob o artigo 100, da Secção B, da freguesia do Milharado, pela ocupação da parcela de terreno com cerca de 190 m², onde se encontra implantado o reservatório de água do Jeromelo, nos termos e pelos fundamentos constantes da documentação supra referida. -----

--- III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

--- Quando eram dez horas e trinta minutos, procedeu-se ao período de intervenção do público, tendo-se verificado a presença do Sr. Eduardo Batista. Este cidadão interveio e manifestou o seu desagrado pelo facto de ter sido sujeito a um controlo à entrada do edifício, o que levou a que chegasse atrasado à reunião pública, a qual deveria estar acessível para que os cidadãos pudessem assistir com total liberdade.

--- O Presidente de Câmara disse que qualquer procedimento menos adequado seria corrigido. -----

--- Terminado este assunto e não havendo mais público para intervir, nem mais assuntos a tratar, procedeu-se à aprovação da minuta. -----

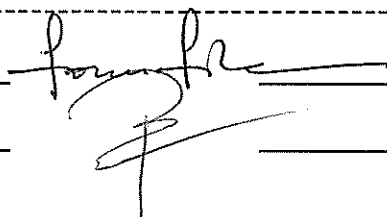
--- IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objecto de

deliberação na presente reunião, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram dez horas e quarenta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que o mesmo vai assinar e que eu, Paulo António Pardal Dias Jorge, Director de Departamento, redigi e subscrevo. -----

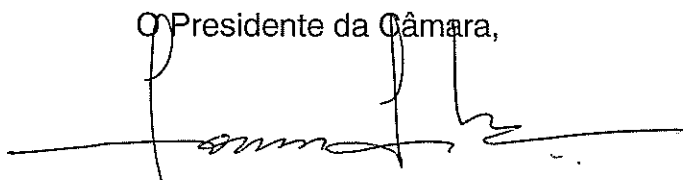


LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 2013/12/05 a 2013/12/17.

Mafra, 18 de Dezembro de 2013.

O Presidente da Câmara,



(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO			DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NÚMERO	TIPO	NÚMERO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO	FUNC.		
RO	36/2013	LIC03	5370/2013	2013/11/27	2013/12/09	D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	1260	RUI FILIPE RODRIGUES LOURENÇO	CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE SERRA-MILHARADO

1260

PROPOSTA

O Art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (Antiga Lei das Autarquias Locais), possibilitou à Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, delegar durante o anterior mandato autárquico um conjunto vasto de competências nas Juntas de Freguesia mediante a celebração de protocolos, onde figuravam todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros e as matérias objecto de delegação, cuja aceitação foi aprovada pelas respectivas Juntas e Assembleias de Freguesia.

Esses instrumentos jurídicos tiveram por fundamento os art.º 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e o Art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, normativos que hoje se encontram expressamente revogados pelo Art.º 3.º, n.º 1 alíneas c) e d) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sem prejuízo do referido no n.º 3 do mesmo normativo.

Todos esses protocolos, firmados ao abrigo da Antiga Lei das Atribuições e Competências para as Autarquias Locais, integralmente revogada, bem como da Antiga Lei das Autarquias Locais, hoje parcialmente revogada, cessariam a sua vigência por três ordens de razões: por *caducidade*, em consequência da *revogação* das normas habilitantes; por *decorso do respectivo período de vigência*; pela mudança dos respectivos titulares que, outrora, os subscreveram.

Todavia, o actual regime jurídico das autarquias locais – a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – veio proceder à **reconfiguração legal** das normas com base nas quais os anteriores protocolos foram outorgados, prevendo-se agora que a delegação de competências se concretize mediante a celebração de **contratos interadministrativos**, sob pena de nulidade, sendo aplicável à negociação, celebração e execução dos contratos o disposto na referida lei e, subsidiariamente, no Código dos Contratos Públicos (CCP) e no Código do Procedimento Administrativo (CPA), conforme se estabelece nos Art.ºs 120.º a 123.º do Anexo I da citada lei.



Além disso, contemplou no seu Art.º 133.º, n.º 1 a existência de **Acordos de Execução** a celebrar entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia no prazo de **180 dias** após a respectiva instalação, relativamente à delegação legal de competências, onde se preveja expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências, cujo regime se contém nos Art.ºs 132.º a 136.º do mesmo instrumento legal.

Por outro lado, convinha salientar que, a acrescer à tripla situação de caducidade de que foram alvo os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia, operou-se, entretanto, a reorganização administrativa do território autárquico das freguesias por via da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, vindo a criação de freguesias por agregação dos limites territoriais a surgir com a publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

Em vista do que se acaba de referir, a caducidade dos protocolos ocorreria desde o dia 15 de Outubro até que os órgãos executivos e deliberativos deste Município bem como das actuais Freguesias aprovassem os novos Contratos Interadministrativos e respectivos Acordos de Execução, deixando desguarnecidas as Freguesias dos meios necessários à prossecução dos seus fins, impedindo-as de dar resposta às necessidades sentidas pelas populações, o que se impõe acautelar.

Recorde-se que as competências legais a que o Art.º 132.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro faz referência, se mantêm, ainda, na titularidade da Câmara Municipal até à entrada em vigor dos acordos de execução conforme se prevê no respectivo Art.º 134. N.º 2.

Acresce que, tais contratos e acordos passarão por um processo de negociação com cada uma das Juntas de Freguesia, facto que compreensivelmente implicará tempo até à sua celebração e ulterior execução, a que o legislador não deixou de ser sensível, ao fixar o prazo de 180 dias após a data de instalação dos Órgãos Autárquicas. (Art.º 133.º, n.º 1 do Anexo I).

Mas a revogação do normativo em que se basearam os protocolos com as Juntas de Freguesia no passado celebrados, com a sua consequente caducidade pelos invocados motivos, não pode deixar desancoradas as partes que então os subscreveram, mas sobretudo os munícipes e fregueses, seus destinatários directos, pela actividade prestacional pública que deles emergem.

Por essa razão e como já supra se aludiu, o legislador previu no Art.º 3.º, n.º 3 da Lei n.º 75/2013, que a revogação da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro (...) não prejudica as transferências e delegações de competências efectuadas previamente à entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, como é o caso dos protocolos em anexo e que se dão por reproduzidos.

Todavia, esta norma não é *auto-exequível*, no sentido de não ser *imediatamente operativa*, razão pela qual carece de manifestação de vontade expressa dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias envolvidas para que seja eficaz, isto é, produza os efeitos jurídicos decorrentes da sua previsão normativa.

Trata-se por isso de uma norma que permite salvaguardar situações jurídicas pré-constituídas, que se manterão intocáveis *se e na medida* em que os *novos órgãos* manifestarem a sua vontade nesse sentido.

A reforçar a fundamentação que se deixa expressa, refira-se o Art.º 6.º, n.º 1 da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro que consagra que as freguesias criadas por agregação **assumem todos os direitos e deveres**, bem como as responsabilidades **contratuais** das freguesias agregadas.

Nos termos e pelos fundamentos que antecedem **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

1. Manter em vigor os **protocolos** listados em anexo e que se dão por integralmente reproduzidos até à entrada em vigor dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução, que vierem a ser oportunamente celebrados.
2. Consequentemente ratificar-sanar todos os actos de execução financeira que tenham sido praticados até à presente data, decorrentes dos protocolos em apreço, tendo em vista acautelar-se o **princípio da legalidade da despesa**.
3. Remeter a presente proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal para os efeitos das alíneas j) e k) do n.º 1 do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, tendo em vista a sua aprovação.

Paços do Município de Mafra, 18 de Dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,



(Hélder Sousa Silva)

Anexos:

- I. 17 Protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia e respectivas alterações.



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia da Azueira, representada também pela respectiva Presidente, Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª

Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia da Azueira (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia da Azueira	10 de Março de 2010	28 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia da Azueira

A Presidente da Junta de Freguesia,

(Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões)

ANEXO I

FREGUESIA DE AZUEIRA

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	22,88 km	€ 9.152,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	5.223,00 m ²	€ 12.559,20
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	1 trabalhador	€ 8.400,00
Total a receber por ano			€ 30.111,20

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m2]	Montante [€]
1	Livramento	Centro Saúde	390,00	936,00
2		Largo do Coxo	250,00	600,00
3		Largo do Jardim-J.F.	195,00	468,00
4		Largo N.Sra Livramento	476,00	1.142,40
5		Largo Quinta Campo	1.800,00	4.320,00
6		Urb. Casal do Graxa	554,00	1.329,60
7		Urb.do Veado (nºInv.CMM 27159)	346,00	830,40
8	Bandalhoeira	Largo Brunete	10,00	24,00
9	Antas	Largo do Fontanário	3,00	7,20
10	Aboboreira	Largo da Capela	200,00	480,00
11		Parque de Merendas	360,00	864,00
12	Azueira	Largo da Fonte	75,00	180,00
13		Largo N.Sra Luz	94,00	225,60
14	Caneira Nova	Espaço público c/ árvores	350,00	840,00
15	Tourinha	Urb Tareco	130,00	312,00
Total			5.233,00	12.559,20

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	R. Casal Centieiro	0,30	120,00
2	R. do Alto da Eira	0,20	80,00
3	R. da Ponte de Pedra	0,70	280,00
4	Barras-Vermoeira	0,30	120,00
5	Vermoeira-Bandalhoeira	0,70	280,00
6	Vermoeira-Fornea	0,60	240,00
7	Portela do Gradil-Vermoeira	1,10	440,00
8	Vermoeira-Azueira	0,30	120,00
9	Portela do Gradil-Bandalhoeira	0,70	280,00
10	R. Principal-Tourinha-Sta. Cristina	0,80	320,00
11	Almeirinho Clemente-Tourinha	1,00	400,00

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
12	C M 1173-1	1,05	420,00
13	Casal da Roxa - Almeirinho Clemente	1,30	520,00
14	C M 1174	0,80	320,00
15	C M 1168	0,45	180,00
16	C M 1173	4,10	1.640,00
17	C M 1172	1,15	460,00
18	Sevilheira - St Cristina	1,61	644,00
19	E M 551	2,20	880,00
20	C M 551-1	1,00	400,00
21	E M 554-1	1,27	508,00
22	C M 1074	1,25	500,00
Total		22,88	9.152,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
CARVOEIRA



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia da Carvoeira, representada também pelo respectivo Presidente, António Francisco Machado, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª

Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.



Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia da Carvoeira (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia da Carvoeira	26 de Março de 2010	9 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

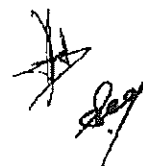
(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia de Carvoeira

O Presidente da Junta de Freguesia,

(António Francisco Machado)

ANEXO I



FREGUESIA DA CARVOEIRA

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	9,20 km	€ 3.680,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	4.243,90 m ²	€ 10.185,36
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	0,5 trabalhadores	€ 4.200,00
Total a receber em 2010			€ 18.065,36

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área (m²)	Montante (€)
1	Sra. do Ó	Cemitério - Sra do Ó	382,00	916,80
2	Carvoeira	E.R.247-Canteiro na zona urbana com <i>Nerium oleander</i> (cevadilhas)	80,00	192,00
3		Edifício Junta Freguesia	171,00	410,40
4		Rua do Jogo (Palmeiras)	90,00	216,00
5		E.R.247-Csnteiro junto Travessa do Chafariz (Palmeiras)	413,00	991,20
6		E.R.247 (2 canteiros)(mesa com bancos)(<i>Melia azederach</i>)	623,00	1.495,20
7		E.R.247 (2 mesas com bancos+papeleira+churrasco)(<i>Pinus pinea</i>)	229,00	549,60
8	Baleia	Largo do Rossio (requalificação recente)(<i>Grevillea robusta</i>)	351,00	842,40
9		Rua da Amizade (Parque de merendas)	587,00	1.408,80
10	Fonte Boa Brincosa	Diversos espaços no centro	615,00	1.476,00
11		Rua dos Poços	236,90	568,56
12		Rua da Padaria	466,00	1.118,40
Total			4.243,90	10.185,36

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante (€)
1	R. Ribeira do Barril	0,70	280,00
2	Estr. do Vale Cancela	0,60	240,00
3	Estr. do Coxo	0,90	360,00
4	E M 549	1,85	740,00
5	E M 546	3,10	1.240,00
6	E M 550	1,75	700,00
7	R. da Colónia	0,30	120,00
Total		9,20	3.680,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
CHELEIROS



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia de Cheleiros, representada também pelo respectivo Presidente, Mário João Acúrcio Vicente, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia de Cheleiros (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia de Cheleiros	9 de Abril de 2010	24 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia de Cheleiros

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Mário João Acúrcio Vicente)

ANEXO I

FREGUESIA DE CHELEIROS

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	9,46 km	€ 3.784,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	1.434,00 m ²	€ 3.441,60
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	1,5 trabalhadores	€ 12.600,00
Total a receber por ano			€ 19.825,60

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m²]	Montante [€]
1	Cheleiros	Centro Social	106,00	254,40
2		Ed. Junta de Freguesia	31,00	74,40
3		Escola Primária	243,00	583,20
4		Jardim Infância	55,00	132,00
5		Largo do Espírito Santo	330,00	792,00
6		Ponte Velha	209,00	501,60
7		Praceta da Eira	174,00	417,60
8	Carvalhal	Lg. da Sociedade	286,00	686,40
Total			1.434,00	3.441,60

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	Caminho da Mata Pequena	0,70	280,00
2	Valverde	0,30	120,00
3	Estr. do Castelo	0,85	340,00
4	EM 806-1	3,85	1.540,00
5	CM 1204	0,85	340,00
6	EM 806	1,80	720,00
7	CM 1194	0,75	300,00
8	R. do Picoto	0,06	24,00
9	R. dos Altos	0,30	120,00
Total		9,46	3.784,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
ENCARNAÇÃO

Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia da Encarnação representada também pelo respectivo Presidente, Nuno João da Cruz Sardinha, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª **Objecto**

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª **Competências Delegadas**

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia da Encarnação (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia da Encarnação	5 de Abril de 2010	26 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia da Encarnação

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Nuno João da Cruz Sardinha)

ANEXO I

FREGUESIA DA ENCARNAÇÃO

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	32,51km	€ 13.004,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	5.963,07 m ²	€ 14.311,37
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	1,0 trabalhador	€ 8.400,00
Total a receber por ano			€ 35.715,37

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Encarnação	Jardim do Centro de Saúde	141,55	339,72
2		Jardim do Largo da Junta de Freguesia da Encarnação (nºInv.CMM 68719)		
		Caldeiras	8,00	19,20
		Canteiro	12,00	28,80
		Canteiro	14,59	35,02
		Canteiro junto à Rua das Labruscas	42,32	101,57
		Canteiro junto à Rua de São Domingos	40,80	97,92
		Floreira	2,60	6,24
		Jardim reivado	1.132,00	2.716,80
		Rotunda	50,00	120,00
		Separadores	29,41	70,58
3		Jardim Largo da Mina (nºInv.CMM 49770)	1.663,89	3.993,34
4		R. do Alto da Mina/R. Nossa Sra. da Nazaré/R. Dr. César Raul da Costa Andrade		
		Canteiros	38,01	91,22
5		Chafariz	60,00	144,00
		Praça e Canteiro junto à Igreja da Encarnação		
		Canteiro	8,43	20,23
6		Flores	18,00	43,20
		Rua da Bela Vista - Encarnação	258,41	620,18
7	Rua do Pinheiro Manso - Encarnação	60,55	145,32	
8	Mercado da Encarnação	631,34	1.515,22	
9	Barril	E.R.247-Canteiros	62,30	149,52
		E.R.247-Jardim com Chafariz(2º)	119,49	286,78
		E.R.247-Jardim com Fonte(1º)	120,00	288,00
10		Rua Alto dos Moinhos - Barril	331,53	795,67
11		Rua Pôr do Sol - Barril	39,00	93,60
12	Casais de São Lourenço	Rua do Atlântico	389,41	934,58
		Rua do Moinho (nºInv.CMM 50015)	8,00	19,20
		Rua do Portinho (nºInv.CMM 36604)	543,10	1.303,44
		Rua do Seixalinho	138,34	332,02
Total			5.963,07	14.311,37

[Handwritten signature]

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	Caminho Casal das Lombas	1,00	400,00
2	Caminho do Casal das Lombas	2,50	1.000,00
3	R. Casal do Romeirão de Baixo	2,00	800,00
4	R. do Caldeirão	0,40	160,00
5	R. Fundo do Casal-R. do Casalinho	1,60	640,00
6	R. da Ponte	2,40	960,00
7	Calada	0,40	160,00
8	Casal Parol	1,10	440,00
9	Barril-Azenha dos Taneiros	1,50	600,00
10	Largo N. Sra. do Rosário-Cc. Estreita-R. da Azenha-R. das Sombras	1,30	520,00
11	R. Casal da Escola	1,00	400,00
12	C M 1063	1,35	540,00
13	C M 1067-1	1,93	772,00
14	E M 554	1,88	752,00
15	C M 1161	0,48	192,00
16	C M 1161	4,72	1.888,00
17	C M 1161-1	1,30	520,00
18	E M 552	3,00	1.200,00
19	C M 1208	2,33	932,00
20	C M 1166	0,32	128,00
Total		32,51	13.004,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
ENXARA DO BISPO



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia da Enxara do Bispo, representada também pela respectiva Presidente, Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª

Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

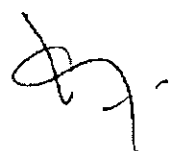
- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.



Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia da Enxara do Bispo (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia de Enxara do Bispo	31 de Março de 2010	9 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia de Enxara do Bispo

A Presidente da Junta de Freguesia,

(Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões)

ANEXO I

FREGUESIA DA ENXARA DO BISPO

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	20,08 km	€ 8.032,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	4.436,00 m ²	€ 10.646,40
Total a receber por ano			€ 18.678,40

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Enxara Bispo	Calçada da Igreja e Cemitério (relvado)	1.546,00	3.710,40
2		Entroncamento Rua Principal-E.N.9-2	50,00	120,00
3		Largo da Princesa	766,00	1.838,40
4		Rua Junta Freguesia	602,00	1.444,80
5		Rua Nova-Centro de Saúde	373,00	895,20
6	S.Sebastião	Rua do Moinho	75,00	180,00
7	Enxara Cavaleiros	Escolas	285,00	684,00
8	Vila Pouca	Rua Nova	563,00	1.351,20
9		Rua Direita	123,00	295,20
10		E.M. 535-1	53,00	127,20
Total			4.436,00	10.646,40

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	Estr. da Serra do Socorro	2,30	920,00
2	Estr. da Cruz Velha	2,20	880,00
3	Estr. Velha	0,40	160,00
4	R. Casais de São Francisco	1,80	720,00
5	Caminho da Igreja	0,36	144,00
6	Estr. Velha	0,70	280,00
7	R. Casal das Adegas	0,20	80,00
8	Caminho do Casal Frescata	0,30	120,00
9	E M Boças	2,30	920,00
10	C M 1174	0,90	360,00
11	E M 619	2,12	848,00
12	C M 1175	0,90	360,00
13	R. V. da Maia	0,95	380,00
14	C M 1184	0,50	200,00
15	E M 536-1	1,00	400,00
16	E M 536	3,15	1.260,00
Total		20,08	8.032,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

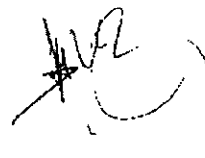
Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
ERICEIRA



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia da Ericeira, representada também pelo respectivo Presidente, António Manuel da Silva Mansura, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



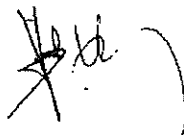
- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à **Câmara Municipal de Mafra**:
  - a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
  - b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
  - c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.
2. Compete à **Junta de Freguesia** signatária:
  - a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
  - b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
  - c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.



Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia da Ericeira (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia da Ericeira	4 de Março de 2010	15 de Março de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia da Ericeira

O Presidente da Junta de Freguesia,

(António Manuel da Silva Mansura)

ANEXO I

FREGUESIA DA ERICEIRA

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	13,75 km	€ 5.500,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	47.300,03 m ²	€ 113.520,06
Total a receber em 2010			€ 119.020,06

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Ericeira	Jardim Cobertura Casa Mortuária (Lg S.Pedro)	494,00	1.185,60
2		Jogo da Bola	503,50	1.208,40
3		Largo da Fonte do Cabo	101,65	243,96
4		Largo de S Sebastião		
		rotunda	24,70	59,28
		superfície Estação Elevatória	330,60	793,44
		Canteiro muro	80,75	193,80
		Canteiro Frente Bairro Pescadores (Rua das Pedreiras)	572,85	1.374,84
5		Largo de Sta Marta	317,30	761,52
6		Largo dos Pocinhos (nºInv.CMM 68708)	209,95	503,88
7		Miradouro	93,10	223,44
8		Parque de Merendas (Rua Ribeira da Baleia)	2.265,75	5.437,80
9		Parque S.Sebastião	4.951,88	11.884,50
10		Praia Algodio (acessos, falésia)	868,30	2.083,92
11		Praça dos Navegantes/Rua Raúl Duarte Gomes	346,75	832,20
12		Praceta Dr.Afonso Lucas-Estrada de Mafra	427,50	1.026,00
13		Praceta Mato da Cruz	306,85	736,44
14		Praceta Rio da Meã	383,80	921,12
15		Rotunda do Surfista	1.292,95	3.103,08
16		Rotunda Casal Abadia	843,60	2.024,64
17		Rua da Arreganha	1.562,75	3.750,60
18		Rua da Camacha	1.444,00	3.465,60
19		Rua das Furnas	478,80	1.149,12
20		Rua de S.Pedro (jardim Bairro Pescadores)	2.061,50	4.947,60
21		Rua do Emigrante/Rua Gerardo Peres Ruiz/Rua Francisco Paula Cid	1.951,30	4.683,12
22		Rua do Mirante	133,95	321,48
23	Rua do Moinho Velho	288,80	693,12	
24	Rua Eduardo Henriques Pereira (alto da franca)			
	Canteiro cruzamento EN247	23,75	57,00	
	Canteiro cruzamento Rua Dr.João de Deus Oliveira	55,10	132,24	
25	Rua Francisco Lopes Franco (Casal do Gradil)	1.476,30	3.543,12	
26	Rua Joaquim Casais Franco	212,80	510,72	

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
27	Ericeira	Rua Mar à Vista	524,40	1.258,56
28		Separadores ER 247 (entrada Ericeira/Bombeiros)	1.244,50	2.986,80
29		Talude Rua do Alto da Boavista	625,10	1.500,24
30		Urb.Casal Carido	3.956,75	9.496,20
31		Urb.Casal Pioho	3.494,10	8.385,84
32		Vale Carneiro-Carrasqueira (nºInv.CMM 36605)	2.520,35	6.048,84
33	Fte boa Brincosa	Várzea da Pedra	2.969,70	7.127,28
34		Praceta dos Pinheiros	4.230,35	10.152,84
35		Rua dos 3 Moinhos	114,00	273,60
36		Limite freg.Carvoeira	76,00	182,40
37	Seixal	E.N.116-Rua União Cultura e Desporto-Largo de S.Pedro	1.952,25	4.685,40
38		E.N.116-Rua Principal	1.338,55	3.212,52
39		Separador Cabeça Alta	149,15	357,96
Total			47.300,03	113.520,06

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	R. da Patarata-R. dos Eucaliptos	0,90	360,00
2	Cabeça Alta-Fonte Boa da Brincosa	1,70	680,00
3	E M 550	0,80	320,00
4	E M 1178	1,50	600,00
5	C M 1178	1,30	520,00
6	E N 116	3,90	1.560,00
7	C M 1162	0,40	160,00
8	Estr. da Cabeça Alta / R. do Vale Grande	3,25	1.300,00
Total		13,75	5.500,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
GRADIL



Gray

Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia do Gradil, representada também pelo respectivo Presidente, Luís Filipe de Almeida Cordeiro, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à **Câmara Municipal de Mafra**:
  - a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
  - b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
  - c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.
2. Compete à **Junta de Freguesia** signatária:
  - a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
  - b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
  - c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.



Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia do Gradil (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª **Aprovação**

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia do Gradil	4 de Março de 2010	23 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª **Dúvidas e Omissões**

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta de Freguesia do Gradil

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Luís Filipe de Almeida Cordeiro)

Quint

ANEXO I

FREGUESIA DO GRADIL

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	10,66 km	€ 4.264,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	3.483,00 m ²	€ 8.359,20
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	1,0 trabalhador	€ 8.400,00
Total a receber em 2010			€ 21.023,20

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Gradil	Largo da Igreja	899,00	2.157,60
2		Centro de Saúde	223,00	535,20
3		Urb.S.Silvestre	831,00	1.994,40
4	Casal Camarate	Quinta da Fonte	1.530,00	3.672,00
Total			3.483,00	8.359,20

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	Picão-Carapiteira	2,40	960,00
2	Fornea	0,60	240,00
3	Fornea-Portela-Gradil	0,90	360,00
4	Portela-Quinta da Barroca	1,40	560,00
5	Monte Gordo-Portela do Gradil	0,60	240,00
6	C M 1171	3,56	1.424,00
7	C M 1170	1,20	480,00
Total		10,66	4.264,00



Handwritten signature and initials.

ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
IGREJA NOVA



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia da Igreja Nova, representada também pelo respectivo Presidente, Domingos Manuel Vicente Janota, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª

Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à **Câmara Municipal de Mafra**:
  - a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
  - b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
  - c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.
2. Compete à **Junta de Freguesia** signatária:
  - a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
  - b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
  - c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia da Igreja Nova (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia da Igreja Nova	1 de Março de 2010	7 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia da Igreja Nova

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Domingos Manuel Vicente Janota)

[Handwritten signatures]

ANEXO I

FREGUESIA DA IGREJA NOVA

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	39,89 km	€ 15.956,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	3.027,00 m ²	€ 7.264,80
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	1,0 trabalhador	€ 8.400,00
Total a receber por ano			€ 31.620,80

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Carapinha	Urb. dos Covões-Vale	450,00	1.080,00
2	Igreja Nova	Cruzeiro	45,00	108,00
3		Fonte da Bica	450,00	1.080,00
4		Jardim	230,00	552,00
5		Rua 1ª Maio/R.Gen.Humberto Delgado	47,00	112,60
6		Trav.do espírito Santo	120,00	288,00
7	Alqueidão	Cruzeiro	750,00	1.800,00
8		Chafariz	25,00	60,00
9	Arroeiras	Rua Principal	130,00	312,00
10	Vila Nova	Urb.Vitorino	530,00	1.272,00
11		Separadores/rotundas	250,00	600,00
Total			3.027,00	7.264,80

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	Arrifana-Carapinha	0,80	320,00
2	Caminho Penedo do Lexim	1,10	440,00
3	Estr. de Mafra Gare-Granja Ramada	1,30	520,00
4	Estr. da Laje	0,70	280,00
5	Estr. de S. João Covas-Casal Mosqueiro	1,50	600,00
6	Caminho da Mata Pequena	0,40	160,00
7	CM 1194	2,10	840,00
8	EM 606	2,80	1.120,00
9	Estr. do Pipo, R. das Antas, R. da Vila Nova	3,40	1.360,00
10	R. Principal, L. do Poço, R. Nova	0,67	268,00
11	R. do Fontanário, R. do Penedo Grande	0,40	160,00
12	Estr. do Murtal	2,50	1.000,00
13	CM 1196	1,40	560,00
14	Estr. do Penedo	1,20	480,00
15	CM 1202	2,30	920,00
16	Estr. da Granja da Ramada	1,35	540,00

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
17	CM 1199	0,87	348,00
18	Caminho do Funchal	0,55	220,00
19	Estr. Da Abrunheira	2,20	880,00
20	EM 548	2,15	860,00
21	R. Principal	0,35	140,00
22	CM 1195	1,05	420,00
23	CM 1197 e CM 1203	4,75	1.900,00
24	Estr. Do C. Marreiros	0,80	320,00
25	CM 1197-1	0,95	380,00
26	Caminho do Vale Figueira	1,00	400,00
27	CM 1197-2	1,30	520,00
Total		39,89	15.556,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
MAFRA



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia de Mafra, representada também pelo respectivo Presidente, Eng. António Manuel Ramalho Pereira, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à **Câmara Municipal de Mafra**:
  - a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
  - b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
  - c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.
2. Compete à **Junta de Freguesia** signatária:
  - a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
  - b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
  - c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.



Cláusula 5.ª Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia de Mafra (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia de Mafra	3 de Março de 2010	28 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia de Mafra

O Presidente da Junta de Freguesia,

(António Manuel Ramalho Pereira, Eng.º)



ANEXO I

FREGUESIA DE MAFRA

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	35,85 km	€ 14.340,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	7.956,80 m ²	€ 19.096,32
Total a receber em 2010			€ 33.436,32

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m²]	Montante [€]
1	Almada	Estrada de Almada	764,80	1.835,52
2		Rua Nova de Almada (Urb. Coop. Militar)	177,60	426,24
3	Pedregos	Rua da Pinta/Trav. Da Pinta	322,40	773,76
4	Longo da Vila	Rua Alto da Bemposta	522,40	1.253,76
5		Rua Principal	49,60	119,04
6	Zambujal	Entrada Rua da Escola	44,00	105,60
7		Igreja	36,00	86,40
8	Montesouros	Rua Terra da Eira	292,00	700,80
9	Murtals	Rua das Cordeiras	700,00	1.680,00
10	Salgados	Rua das Laranjeiras/Rua dos Mouros	120,00	288,00
11		Rua dos Lírios	217,60	522,24
12		Rua da Fonte	174,40	418,56
13	A-da-Perra	Rua Sol Nascente/Rua da Vinha	1.026,60	2.461,44
14	Cabeça Alta	Rua do Juncal/Rua do Casalinho	260,00	624,00
15		Rua Palmeiras	36,00	86,40
16	Caeiros	Lavadouros	156,00	374,40
17		Rua dos Caqueirinhos/Rua Fontanário	63,20	151,68
18	Cachouça	Poço (nº inv CMM 91291)	202,40	485,76
19	Barreiraiva	Lg. Major João Gomes-Jardim parque infantil	90,40	216,96
20		Parque de merendas	160,00	384,00
21		Rocheira- Dep. Água	258,40	620,16
22	Póvoa de Cima	Jardim	2.284,00	5.481,60
Total			7.956,80	19.096,32

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	Monte Godel	0,50	200,00
2	Montesouros	0,70	280,00
3	CM 1189	0,80	320,00
4	Longo da Vila	0,60	240,00
5	R. Maciel Forro-CM 1192	0,20	80,00
6	Estr. do Longo da Vila	1,60	640,00
7	CM 1182-1	1,20	480,00

Nº	Designação / Local	Comprimento (km)	Montante (€)
8	R. da Ribeira	1,10	440,00
9	CM 1192	0,45	180,00
10	R. da Fonte de Mafra	0,60	240,00
11	R. do Alto da Fonte de Mafra	0,20	80,00
12	EM 551	1,60	640,00
13	Estr. da Ervideira	0,80	320,00
14	Estr. C. da Amoreira	0,30	120,00
15	EM 549	3,65	1.460,00
16	R. das Fontainhas	0,30	120,00
17	CM 1189	2,00	800,00
18	CM 1190	1,50	600,00
19	R. Casal do Além	0,45	180,00
20	EN 9	4,40	1.760,00
21	EM 620	1,90	760,00
22	R. do Norte	0,23	92,00
23	R. do Sol Nascente	0,42	168,00
24	R. dos Serafins	0,25	100,00
25	R. Alto dos Passarinhos, R. da Central, R. do Calado	1,80	720,00
26	R. da Torre, R. Da Quinta	0,60	240,00
27	R. da Ribeira	0,25	100,00
28	R. dos Caneiras	0,18	72,00
29	CM 1182	1,70	680,00
30	C. da Giralda	0,20	80,00
31	R. Vale Forno, R. das Varzeas Tortas	0,50	200,00
32	R. das Pereirinhas	0,17	68,00
33	R. da Bela Vista	0,45	180,00
34	R. Alto da Arrebenta	0,20	80,00
35	CM1182-1	1,05	420,00
36	C. da Relva	0,80	320,00
37	R. Chão da Relva	0,30	120,00
38	R. do Chafariz	0,40	160,00
39	R. Fonte do Brejo	0,30	120,00
40	EN116	1,20	480,00
Total		35,85	14.340,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
MALVEIRA



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos municípios;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia da Malveira, representada também pelo respectivo Presidente, Joaquim Manuel Ribas da Costa, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;

- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia da Malveira (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia da Malveira	20 de Abril de 2010	26 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia da Malveira

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Joaquim Manuel Ribas da Costa)

ANEXO I

FREGUESIA DA MALVEIRA

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	9,03 km	€ 3.610,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	19.794,00 m ²	€ 47.505,60
Total a receber em 2010			€ 51.115,60

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m²]	Montante [€]
1	Malveira	Mata	17.800,00	42.720,00
2		Envolvente Edifício Junta Freguesia	552,00	1.324,80
3		Separadores vias circulação	1.032,00	2.476,80
4	Malv.Cima	Capela Nª Sra Remédios	410,00	984,00
Total			19.794,00	47.505,60

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	Juncais de Cavalos	0,33	130,00
2	Altos dos Moinhos/Malveira (por cima EB1/JI da Malveira)	0,70	280,00
3	R. Casal do Faustino	0,45	180,00
4	EM539-2	2,90	1.160,00
5	EN116	1,45	580,00
6	CM1200	0,75	300,00
7	EM da Abrunheira	2,45	980,00
Total		9,03	3.610,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



MINUTA

(n.º 3.º, do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

**REUNIÃO DE: 2010/10/28
PROC.º**

ASSUNTO: Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia do Milharado. -----

NOME: -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Foi presente proposta subscrita pelo Sr. Vereador Eng.º Hélder Sousa Silva, datada de 21 de Outubro corrente. -----

DELIBERAÇÃO: Considerando que a Câmara Municipal disponibilizou apoio financeiro à contratação de trabalhadores no montante de € 8.400,00 por ano e por trabalhador, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia do Milharado; Considerando que, com a entrada em funcionamento do Parque Urbano da zona Central da Póvoa da Galega e a abertura dos respectivos sanitários públicos, evidencia-se a necessidade de contratar mais um trabalhador para cuidar desta nova zona, a partir de Outubro do ano em curso, a Câmara Municipal no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências deliberou, nos termos conjugados no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual e dos artigos 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, conceder um apoio financeiro à Junta de Freguesia do Milharado, no valor de € 8.400,00 (oito mil e quatrocentos euros) por ano, para custear a contratação de um trabalhador para aquele fim, a formalizar através de um aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências com aquela Junta de Freguesia e que produzirá efeitos a partir do dia 01 de Outubro do ano em curso. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

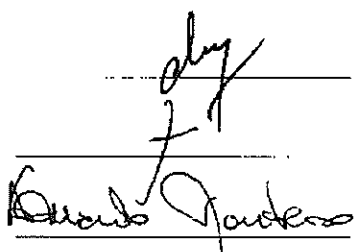
Votos a favor: De todos os Srs. Vereadores presentes e do Sr. Presidente

Votos contra: -----

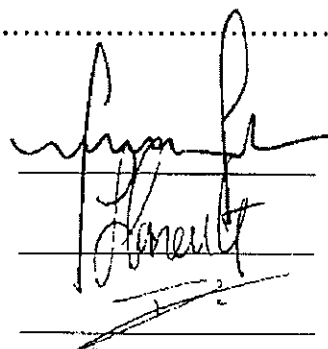
Abstenções: -----

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS:


António Gonçalves




Rui Manuel

À Reunião
25 Out 2010



14

PROPOSTA

ASSUNTO: Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia do Milharado

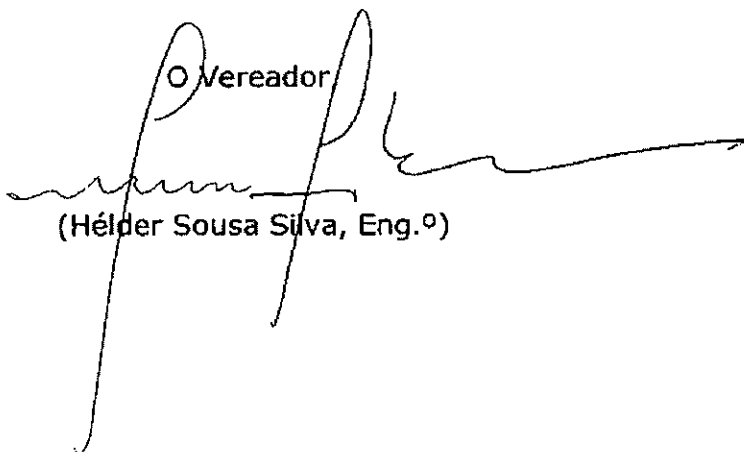
Considerando que:

- 1) A Câmara Municipal possui trabalhadores destacados em algumas Juntas de Freguesia, como auxílio à execução das tarefas operacionais;
- 2) A Câmara Municipal disponibilizou ainda, a algumas Juntas de Freguesia, um apoio financeiro à contratação de trabalhadores de 8400€/trabalhador/ano, através do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia;
- 3) Actualmente, a Junta de Freguesia do Milharado possui um trabalhador destacado da Câmara Municipal ao seu serviço, e foi ainda contemplada, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências actualmente em vigor, com um apoio anual de 25.200€, para a contratação de mais 3 trabalhadores;
- 4) Com a entrada em funcionamento do Parque Urbano da zona Central da Póvoa da Galega e a correspondente abertura dos seus sanitários públicos, evidenciou-se a necessidade de a Junta de Freguesia contratar, a partir de Outubro de 2010, mais um trabalhador para cuidar desta nova zona;
- 5) O supracitado protocolo, na sua cláusula 7.ª, prevê que o mesmo "poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários";



Face ao acima exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere acrescentar 8400€/ano ao apoio financeiro concedido à Junta de Freguesia do Milharado, relativo à contratação de mais um trabalhador, através de aditamento ao protocolo de delegação de competências actualmente em vigor e, produzindo efeitos a partir de 1 de Outubro do presente.

Paços do Município de Mafra, em 21 de Outubro de 2010.

O Vereador

(Hélder Sousa Silva, Eng.º)



657

**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
MILHARADO**

Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia do Milharado, representada também pelo respectivo Presidente, Paulo Jorge da Conceição Ricardo, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª **Objecto**

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª **Competências Delegadas**

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à **Câmara Municipal de Mafra**:
  - a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
  - b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
  - c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.
2. Compete à **Junta de Freguesia** signatária:
  - a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
  - b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
  - c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia do Milharado (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia do Milharado	3 de Março de 2010	16 de Março de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia do Milharado

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Paulo Jorge da Conceição Ricardo)

[Handwritten signature] *01/0*

ANEXO I

FREGUESIA DO MILHARADO

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	28,46 km	€ 11.384,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	9.285,71 m ²	€ 22.285,70
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	3,0 trabalhadores	€ 25.200,00
Total a receber por ano			€ 58.869,70

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Póvoa da Galega	Urb. Av. Estrada Real (1)	941,46	2.259,50
2		Espaço Envolvente Caixa de Crédito Agrícola	442,11	1.061,06
3		Urb. Quinta de S. Miguel	1.770,68	4.249,63
4		Rua da Meia Lua	536,46	1.287,50
5		Serrita (Rua dos Plátanos)	245,71	589,70
6	Titularia	Espaço Envolvente Igreja (Largo N. Sra da Paz)	50,08	120,19
7	Roussada	Espaço Envolvente da Igreja (Rua da Igreja)	248,38	596,11
8	Jerumelo	Espaço envolvente ao Poço (Travessa do Poço)	381,69	916,06
9		Espaço envolvente aos Lavadouros (Calçada do Chafariz)	463,14	1.111,54
10	Miharado	Espaço envolvente da EB1 (Rua Actriz Beatriz Costa/Rua Padre Feliciano)	346,00	830,40
11		Urb. Quinta de S. João (arranjos recentes)	3.860,00	9.264,00
Total			9.285,71	22.285,70

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	R. do Bairro Novo	0,40	160,00
2	R. Fonte dos Corvos	0,50	200,00
3	Av. Dos Combatentes	0,70	280,00
4	R. António Sérgio	0,55	220,00
5	R. da Sede/Estrada Castelo Picão/R. Q1ª das Cerejeiras	0,70	280,00
6	R. Nova do Chandeirão/Av. Da Liberdade	1,00	400,00
7	Estr. Várzea da Lapa/Av Campo da Bola	0,75	300,00
8	C M 1185-1	2,10	840,00
9	E M 537	3,50	1.400,00
10	E R 374	2,40	960,00
11	E M	2,65	1.060,00
12	C M 1187-2	2,08	832,00
13	C M 1187	4,03	1.612,00
14	C M 1188	1,50	600,00
15	E M 530-1	4,30	1.720,00
16	E M St Ana	1,30	520,00
Total		28,46	11.384,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



161

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
SOBRAL DA ABELHEIRA

Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia do Sobral da Abelheira, representada também pelo respectivo Presidente, José Alberto de Barros Quintã, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª **Objecto**

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª **Competências Delegadas**

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

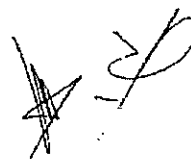
- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.



Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia do Sobral da Abelheira (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia de Sobral da Abelheira	3 de Março de 2010	29 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

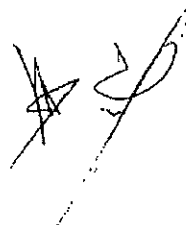
O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia do Sobral da Abelheira

O Presidente da Junta de Freguesia,

(José Alberto de Barros Quintã)



ANEXO I

FREGUESIA DO SOBRAL DA ABELHEIRA

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	20,85 km	€ 8.340,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	3.056,00 m ²	€ 7.334,40
Total a receber por ano			€ 15.674,40

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Sobral Abelheira	Alto do Moinho	2.356,00	5.654,40
2		Largo da Bica (Praça república)	180,00	432,00
3		Jardim do Gaveto (Rua da Abelheira/Rua Principal)	60,00	144,00
4		Jardim da Junta de Freguesia (Largo da Arieira)	30,00	72,00
5		Jardim Rua da Boavista	10,00	24,00
6	Chanca	Rua do Chafariz/Rua das Piçarras (junto parque infantil)	240,00	576,00
7	Monte Gordo	Largo da Bomba	150,00	360,00
8		Gaveto da Capela	20,00	48,00
9	Codeçal	Fonte da Porta da Tapada	10,00	24,00
Total			3.056,00	7.334,40

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	Casal da Mata	1,80	720,00
2	Monte Gordo-Portela do Gradil	0,60	240,00
3	Caminho Cabeço Mouro/Boiças	0,80	320,00
4	E M 551	4,75	1.900,00
5	C M 1166	2,95	1.180,00
6	C M 1167	5,90	2.360,00
7	E M Sobral da Abelheira	4,05	1.620,00
Total		20,85	8.340,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS**

Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia de Santo Estêvão das Galés, representada também pelo respectivo Presidente, Carlos Jorge dos Reis Esteves, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª

Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinária e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia de Santo Estêvão das Galés (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia de Santo Estêvão das Galés	12 de Março de 2010	19 de Março de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia de Santo Estêvão das Galés

1.º O Presidente da Junta de Freguesia,

(Carlos Jorge dos Reis Esteves)

ANEXO I

FREGUESIA DE SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	27,39 km	€ 10.956,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	459,00 m ²	€ 1.101,60
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	1 trabalhador	€ 8.400,00
Total a receber por ano			€ 20.457,60

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Avessada	Largo Lúcia Maria	93,00	223,20
2	Quintas	Largo do Poço	120,00	288,00
3	Santa Eulália	Envolvente Capela	150,00	360,00
4	Monfirre	Envolvente Nicho	14,00	33,60
5	Rogel	junto paragem autocarro	82,00	196,80
Total			459,00	1.101,60

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	R. 1-Portela/Rogel-Estr. Portela	0,70	278,00
2	Casal dos Cucos	0,40	160,00
3	Caminho Casal Sequeiro-R. da Escola	0,98	390,00
4	Caminho Sequeiro	0,90	360,00
5	Vale D'Uge	0,17	68,00
6	Estr. do Funchal	1,10	440,00
7	C M 1200	1,30	520,00
8	E M 539-2	4,45	1.780,00
9	R. do Moinho	1,40	560,00
10	E M 539	7,70	3.080,00
11	E M 539-1	3,85	1.540,00
12	C M 1206	2,60	1.040,00
13	C M 1205	1,85	740,00
Total		27,39	10.956,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



13
X

MINUTA

(n.º 3.º, do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

**REUNIÃO DE: 2010/10/28
PROC.º**

ASSUNTO: Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de São Miguel de Alcainça. -----

NOME: -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Foi presente proposta subscrita pelo Sr. Vereador Eng.º Hélder Sousa Silva, datada de 21 de Outubro corrente. -----

DELIBERAÇÃO: Considerando que a Câmara Municipal possuía um trabalhador destacado ao serviço da Junta de Freguesia de São Miguel de Alcainça e que o mesmo cessou funções em Junho por motivo de aposentação, ficando aquela Autarquia numa situação de carência de mão-de-obra, a Câmara Municipal no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências deliberou, nos termos conjugados no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual e nos artigos 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, conceder um apoio financeiro à Junta de Freguesia de São Miguel de Alcainça, no valor de € 8.400,00 (oito mil e quatrocentos euros) por ano, para custear a contratação de um trabalhador, a formalizar através de um aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências com aquela Junta de Freguesia, o qual produzirá efeitos a partir do próximo dia 02 de Novembro do ano em curso. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a favor: De todos os Srs. Vereadores presentes e do Sr. Presidente

Votos contra: -----

Abstenções: -----

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS:

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

A Reunião
25 Out 2010



13.

PROPOSTA

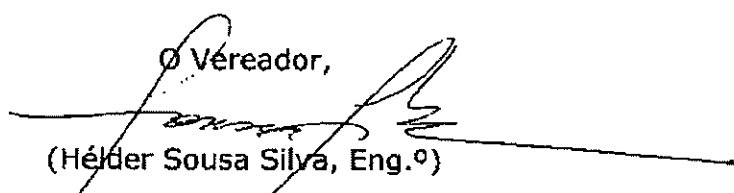
ASSUNTO: Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de São Miguel de Alcainça

Considerando que:

- 1) A Câmara Municipal possui trabalhadores destacados em algumas Juntas de Freguesia, como auxílio à execução das tarefas operacionais;
- 2) A Câmara Municipal disponibilizou ainda, a algumas Juntas de Freguesia, um apoio financeiro à contratação de trabalhadores de 8400€/trabalhador/ano, através do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia;
- 3) Pelo facto de a Junta de Freguesia de S. Miguel de Alcainça possuir à data de assinatura do referido protocolo, dia 12 de Maio de 2010, um trabalhador destacado ao seu serviço, não foi a mesma contemplada com o supracitado apoio financeiro;
- 4) O trabalhador destacado cessou funções em Junho por motivo de aposentação, tendo ficado a Junta de Freguesia numa situação de carência de mão-de-obra;
- 5) A mesma iniciou nessa data um concurso para a admissão de um novo trabalhador, cujo procedimento já se encontra concluído, estando prevista a entrada ao serviço deste em 2 de Novembro de 2010.
- 6) O supracitado protocolo, na sua cláusula 7.ª, prevê que o mesmo "poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários";

Face ao acima exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro à Junta de Freguesia de S. Miguel de Alcainça de 8400€/ano, relativo à contratação de um trabalhador, através de aditamento ao protocolo de delegação de competências actualmente em vigor, e produzindo efeitos a partir de 2 de Novembro do presente.

Paços do Município de Mafra, em 21 de Outubro de 2010.

O Vereador,

(Helder Sousa Silva, Eng.º)
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA



**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA**



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia de São Miguel de Alcainça, representada também pelo respectivo Presidente, Rui Veríssimo Jorge, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à **Câmara Municipal de Mafra**:
  - a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
  - b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
  - c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.
2. Compete à **Junta de Freguesia** signatária:
  - a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
  - b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
  - c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.



Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia de São Miguel de Alcaíça (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia de São Miguel de Alcainça	24 de Março de 2010	27 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

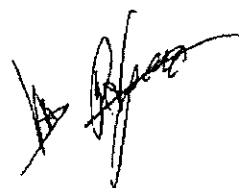
O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia de São Miguel de Alcainça

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Rui Veríssimo Jorge)



ANEXO I

FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	10,34 km	€ 4.134,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	4.479,00 m ²	€ 10.749,60
Total a receber por ano			€ 14.883,60

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m²]	Montante [€]
1	Alcainça	Alcainça Atlético Clube	57,00	136,80
2		Cruzam. R. da Lagoa/Rua do Borratém (Homenag. a João M.I Marchante)	46,00	110,40
3		Envolvente da Igreja	690,00	1.656,00
4		Praceta das Flores	553,00	1.327,20
5		Praceta do Cerrado	132,00	316,80
6		Rua da Eira (nºInv.CMM 60153)	354,00	849,60
7		Rua da Estação da Mafra (espaços diversos)	100,00	240,00
8		Rua da várzea	336,00	806,40
9		Rua de S.Miguel (Canteiro)	10,00	24,00
10		Rua de S.Miguel (Jardim das Lages-parque infantil)	175,00	420,00
11		Rua de S.Miguel (Lavadouros)	150,00	360,00
12		Rua do Poço Novo (junto Nicho)	50,00	120,00
13		Rua dos Simões	30,00	72,00
14		Rua Mov. Das Forças Armadas (Chafanz seco)	415,00	996,00
15		Rua Mov. Das Forças Armadas (Cruz. Com a Rua da Lagoa)	100,00	240,00
16		Rua Mov. Das Forças Armadas (curva Ribeiro dos sapos)	213,00	511,20
17		Rua Mov. Das Forças Armadas (Parque merendas)	674,00	1.617,60
18		Rua Quinta do Outeiro	266,00	638,40
19		Travessa do Penedo	128,00	307,20
Total			4.479,00	10.749,60

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	R. Manuel da Silva (junto ao Pousal)	0,24	94,00
2	Estr. Quinta das Pegas	0,08	32,00
3	Estr. Quinta das Pegas	0,10	40,00
4	Alam. Do Espírito santo	1,07	428,00
5	R. do Olival R. C. da Quinta	0,60	240,00
6	Estr. Quinta das Pegas	0,35	140,00
7	CM1199	0,30	120,00
8	EN9	1,65	660,00
9	EN375	1,40	560,00
10	EM548	0,80	320,00
11	R.dos Simões R.do Snivel	2,20	880,00
12	R. do Apeadeiro	0,40	160,00
13	Estr. da Abrunheira	1,15	460,00
Total		10,34	4.134,00

**ANEXO II**

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
SANTO ISIDORO



Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia de Santo Isidoro, representada também pelo respectivo Presidente, Hélder Luís Alves Ramos, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª Objecto

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª Competências Delegadas

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à **Câmara Municipal de Mafra**:
  - a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
  - b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
  - c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.
2. Compete à **Junta de Freguesia** signatária:
  - a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
  - b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
  - c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia de Santo Isidoro (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª
Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia de Santo Isidoro	8 de Abril de 2010	24 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª
Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia de Santo Isidoro

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Helder Luís Alves Ramos)

ANEXO I

FREGUESIA DE SANTO ISIDORO

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	34,25 km	€ 13.700,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	7.988,85 m ²	€ 19.173,24
Total a receber em 2010			€ 32.873,24

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Local	Espaços	Área [m ²]	Montante [€]
1	Sto Isidoro	Urb.Av.Laranjeiras	3.423,85	8.217,24
2		Centro de Saúde	222,00	532,80
3		Rua das Lombas-Rua do Sol Nascente (Quinta dos Mognos)	355,00	852,00
4		Rua do Pomar dos Dias/Rua do Figueiredo	290,00	696,00
5		Rua dos Passos Velhos	86,00	206,40
6	Monte Bom	Estrada 24 de Maio	149,00	357,60
7		Rua do Outeiro (Novo arranjo)	217,00	520,80
8	Lagoa	Estrada das Fontes	56,00	134,40
9		Urb.Portela da Lagoa	96,00	230,40
10	Ribamar	Pcta Chão do Poço	294,00	705,60
11		Pcta das Amoras-E.N.	261,00	626,40
12		Pcta das Palmeiras	50,00	120,00
13		Pcta Mato Grande	190,00	456,00
14		Rotunda S. Lourenço e laterais- Rua/trav. Mar à Vista	350,00	840,00
15		Rotunda/canteiros do Moinho	151,00	362,40
16		Rua Cerrado das Tramargueiras	338,00	811,20
17		Rua da Cancelinha	45,00	108,00
18		Rua dos Cabeços	113,00	271,20
19		Rua Rosa dos Ventos	103,00	247,20
20		Rua Roseira Brava-Rua Rosa dos Ventos	524,00	1.257,60
21		Travessa do Poço Velho	95,00	228,00
22	Palhais	Rua das Berdoeiras	302,00	724,80
23		Rua das Taipas	278,00	667,20
Total			7.988,85	19.173,24

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	R. dos Reis - R. das Elras-R. do Norte	0,70	280,00
2	R. do Carrascal-R. da Igreja	0,30	120,00
3	Estr. dos Fortes	2,60	1.040,00
4	E M 616	5,30	2.120,00
5	C M 1165	1,80	720,00
6	C M 1162	0,80	320,00
7	C M 1163	3,20	1.280,00
8	C M 1164	1,80	720,00
9	E M Vale Longo	1,50	600,00
10	Acesso à Praia de S. Lourenço	0,80	240,00
11	E M 620-1	5,50	2.200,00
12	E M 620	4,55	1.820,00
13	E M 554	5,60	2.240,00
Total		34,25	13.700,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
VENDA DO PINHEIRO

Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia da Venda do Pinheiro, representada também pelo respectivo Presidente, Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª **Objecto**

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª **Competências Delegadas**

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à Câmara Municipal de Mafra:

- a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
- b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
- c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.

2. Compete à Junta de Freguesia signatária:

- a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
- b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
- c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.



Cláusula 5.^a
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia da Venda do Pinheiro (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.^a
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.^a
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.^a
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.ª Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia da Venda do Pinheiro	12 de Março de 2010	30 de Abril de 2010

Cláusula 10.ª Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia da Venda do Pinheiro

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues)

[Handwritten signature]

ANEXO I

FREGUESIA DA VENDA DO PINHEIRO

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	8,28 km	€ 3.312,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	16.314,00 m ²	€ 39.153,60
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	4,5 trabalhadores	€ 37.800,00
Total a receber por ano			€ 80.265,60

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

Nº	Nº	Local	Área [m²]	Montante [€]
1	Venda do Valador	Alameda das Figueiras (Metoutinho)(nºInv.CMM 30061)	1.381,40	3.315,36
2		Jardim da Avó (Av.dos Engenheiros)	250,00	600,00
3	Venda do Pinheiro	EN-Rua 9 de Julho (separador estacionamento)	132,00	316,80
4		Ervideiras de Cima (Rua Casal da Belavista)(nºInv.CMM 77767)	429,00	1.029,50
5		Largo da Cendieira (EN-Rua 9 de Julho)	105,00	252,00
6		Largo de Sto António	796,00	1.910,40
7		Prédios Rua do Painel(Urb.das Glicínias)	1.385,00	3.324,00
8		Prédios Rua Padre Alfredo Fernandes de Brito	975,00	2.340,00
9		Rua das Acácias	723,60	1.736,64
10	Lapa	Lapa-Rua de S.José	399,00	957,60
11		Rua Várzea da Lapa	2.370,00	5.688,00
12	Asseiceira Pequena	Valdeirça-Rua Vale da Serra (nºInv.CMM 52184)	400,00	960,00
13	Asseiceira Grande	Largo principal(Rua do Castanheiro)	150,00	360,00
14		Lindago (nºInv.CMM 64099)	1.475,00	3.540,00
15	Chameca	Estrada de Bucelas-Praceta do Além	1.001,00	2.402,40
16		Largo de Sto António	46,00	110,40
17		Rua dos quatro caminhos (Fontanário c/bilha)	120,00	288,00
18		Urb.Rua Rio do Freixo	3.076,00	7.382,40
19		Separadores/Rotundas vias de circulação	1.100,00	2.640,00
Total			16.314,00	39.153,60

[Handwritten signature]

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

Nº	Designação / Local	Comprimento [km]	Montante [€]
1	R. da Sica	0,35	140,00
2	R. do Mosqueiro	0,60	240,00
3	R. da Portela	0,80	320,00
4	R. Vida e Paz	0,45	180,00
5	C M 1185	1,63	652,00
6	E M 537	1,00	400,00
7	E M 539	0,45	180,00
8	E M 538	2,80	1.120,00
9	C M 1186	0,20	80,00
Total		8,28	3.312,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010



**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
JUNTA DA FREGUESIA
VILA FRANCA DO ROSÁRIO**

Protocolo de Delegação de Competências

Considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado e tendo em conta que a sua aplicação deverá efectuar-se não só entre o Estado e a administração local, mas também entre as autarquias locais, designadamente entre os municípios e as freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia possuem, regra geral, uma capacidade de intervenção mais directa e próxima dos cidadãos, que lhes permite rentabilizar os meios e desempenhar com maior celeridade e eficácia as competências objecto do presente protocolo, promovendo a aproximação da gestão autárquica aos munícipes;

Considerando que a Câmara Municipal, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, que incidam sobre actividades e investimentos constantes das opções do plano e orçamento municipais, conforme se encontra consignado nos art.ºs 13.º e 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Entre a Câmara Municipal de Mafra, representada pelo respectivo Presidente, Eng. José Maria Ministro dos Santos, e a Junta da Freguesia de Vila Franca do Rosário, representada também pelo respectivo Presidente, João Lima Pereira Gaito, é celebrado o presente protocolo de delegação de competências, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª **Objecto**

O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia signatária, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente.

Cláusula 2.ª **Competências Delegadas**

A Câmara Municipal de Mafra delega na Junta de Freguesia signatária as seguintes competências:

- a) Limpeza urbana, nomeadamente de ruas e passeios dentro dos aglomerados urbanos da freguesia;
- b) Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados;



- c) Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais;
- d) Manutenção do mobiliário urbano, bem como dos parques de jogo e recreio;
- e) Renovação das licenças de publicidade;
- f) Assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos, que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras.

Cláusula 3.ª **Direitos e Obrigações das Partes**

1. Compete à **Câmara Municipal de Mafra**:
  - a) Acompanhar e controlar a execução das competências delegadas nos termos da cláusula 2.ª;
  - b) Prestar apoio técnico à Junta de Freguesia, no âmbito das matérias delegadas, incluindo a possibilidade de destacamentos de funcionários municipais afectos às áreas de competência delegadas na mesma;
  - c) Proceder à transferência das verbas necessárias ao exercício dessas competências, nos termos da cláusula 5.ª.
2. Compete à **Junta de Freguesia** signatária:
  - a) Promover as iniciativas necessárias ao desempenho das competências que lhe são delegadas na cláusula 2.ª;
  - b) Solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Mafra, nos termos previstos na al. b) do número anterior;
  - c) Arrecadar as receitas provenientes da cobrança de taxas, a que houver lugar, correspondentes ao exercício das competências delegadas, cujos valores corresponderão sempre aos constantes do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Mafra.

Cláusula 4.ª **Aquisição de Maquinaria e Equipamento**

É da responsabilidade da Junta de Freguesia signatária a aquisição e manutenção da maquinaria e equipamento necessário ao exercício das competências delegadas na cláusula 2.ª.

Cláusula 5.ª
Transferência de Verbas

A título de compensação pelos encargos resultantes do exercício das competências delegadas, na parte não compensada pela arrecadação das receitas provenientes da cobrança de taxas a que houver lugar, serão transferidas trimestralmente, da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia signatária, as seguintes verbas sem prejuízo da sua actualização anual no orçamento e plano de actividades:

Entidade	Verbas a Transferir
Junta da Freguesia de Vila Franca do Rosário (v. Anexos I e II)	➤ Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais - € 400/Km/ano. ➤ Gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados - € 0,20/m²/mês. ➤ Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano - € 8400/trabalhador/ano.

As verbas resultantes dos encargos com pessoal serão transferidas mensalmente.

Cláusula 6.ª
Vigência

O presente protocolo iniciará efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010 e vigorará até ao fim do presente mandato autárquico, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª.

Cláusula 7.ª
Alterações

O protocolo em apreço poderá ser objecto de alterações, por acordo entre as partes, a todo o momento, por iniciativa de qualquer dos signatários.

Cláusula 8.ª
Resolução

O presente protocolo poderá ser resolvido por qualquer das partes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, desde que a outra parte seja notificada, por escrito, dessa intenção, até 31 de Outubro do ano anterior.



Cláusula 9.^a
Aprovação

O presente protocolo foi objecto das seguintes aprovações e ratificações:

Entidade	Órgão Executivo	Órgão deliberativo
Município de Mafra	18 de Fevereiro de 2010	24 de Fevereiro de 2010
Junta da Freguesia de Vila Franca do Rosário	15 de Março de 2010	16 de Abril de 2010

Cláusula 10.^a
Dúvidas e Omissões

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução das cláusulas do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Ao presente protocolo aplicar-se-á a legislação geral e específica em vigor.

Paços do Município de Mafra, 12 de Maio de 2010

Pela Câmara Municipal de Mafra

O Presidente da Câmara,

(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

Pela Junta da Freguesia de Vila Franca do Rosário

O Presidente da Junta de Freguesia,

(João Lima Pereira Gaito)

[Handwritten signature]

ANEXO I

FREGUESIA DE VILA FRANCA DO ROSÁRIO

Quadro Resumo

Competência	Valor Unitário	Quantidade	Montante
Conservação e limpeza de valetas, bermas, sinalização vertical, aquedutos, pontões, pontes e caminhos rurais	€ 400/km/ano	3,06 km	€ 1.224,00
Gestão e conservação de jardins	€ 0,20/m ² /mês x 12 meses	490,00 m ²	€ 1.176,00
Limpeza urbana e manutenção do mobiliário urbano	€ 8400/trabalhador/ano	1,5 trabalhadores	€ 12.600,00
Total a receber por ano			€ 15.000,00

LISTAGEM DE JARDINS E OUTROS ESPAÇOS CONSIDERADOS

<i>Nº</i>	<i>Local</i>	<i>Espaços</i>	<i>Área [m²]</i>	<i>Montante [€]</i>
1	V.F.Rosário	Arranjo junto EN 8	490,00	1.176,00
Total			490,00	1.176,00

LISTAGEM DE VIAS CONSIDERADAS

<i>Nº</i>	<i>Designação / Local</i>	<i>Comprimento [km]</i>	<i>Montante [€]</i>
1	Casa do Reguengos-Quinta do Casal Novo	1,50	600,00
2	E M 536	0,80	320,00
3	C M 1185-1	0,76	304,00
Total		3,06	1.224,00



ANEXO II

Ficha de acompanhamento e controlo da execução das competências delegadas a enviar ao Município trimestralmente.

Junta da Freguesia de _____

Localidade	Identificação dos trabalhos

_____, ____ / ____ / 2010

PARECER

Concordo. Proposto que seja
remetida a reunião
da Câmara
2013/12/18

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

Concordo.

A consideração superior, o pessoal
aguardando por reunião de Câmara,
para conhecimento.
2013/12/18...

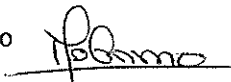
O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo.

A consideração superior

2013/12/18...

O(A) Chefe de Divisão



DESPACHO

A reunião, para
conhecimento.

18/12/13
...../...../.....

O Presidente da Câmara,



(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13708

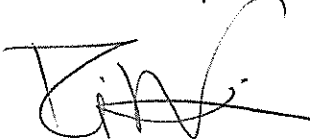
ASSUNTO: ACTUALIZAÇÃO ANUAL DA TABELA DE TAXAS E DE TARIFAS PARA O ANO DE 2014

Em cumprimento dos artigos 28.º e 11.º dos Regulamentos de Taxas e de Tarifas do Município de Mafra, apresentam-se em anexo as Tabelas de Taxas e de Tarifas actualizadas, para que vigorem a partir de 1 de Janeiro de 2014.

À Consideração Superior.

2013/12/18

A Técnica Superior



(Rita Varela)

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
Artigo 1.º	Documentos	
1	Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público municipal (cada edital)	21,74
2	Buscas	13,84
3	Certidões	
3.1	Apreciação do pedido	9,30
3.2	Emissão da Certidão (primeira página)	3,99
3.3	Segunda página e seguintes (por página)	3,18
4	Fotocópia de documentos inseridos em processos (<u>nº 1 do artº 12º da Lei 46/2007, de 24 de Agosto</u>)	
4.1	Simples	
4.1.1	A4	1,36
4.1.2	A3 ou maiores	2,11
4.2	Autenticadas	
4.2.1	A4	6,93
4.2.2	A3 ou maiores	8,51
5	Fotocópias de documentos apresentados por particulares	
5.1	Por 1 página	
5.1.1	Simples	0,35
5.1.2	Autenticadas	1,17
5.2	Por cada 3 páginas	
5.2.1	Simples	1,07
5.2.2	Autenticadas	3,52
6	Atestados, informações sobre idoneidade e documentos análogos	10,33
7	Autos, inquéritos administrativos ou termos de qualquer espécie – por cada	14,59

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
8	Termos de abertura e de encerramento e registo de livros, processos e outros documentos quando legalmente exigíveis	
8.1	Autenticação de livro de Obra	
8.1.1	1ª parte/10 folhas	5,62
8.1.2	Por cada 10 folhas a mais	3,75
8.1.3	2ª parte	
8.1.3.1	25 folhas	5,62
8.1.3.2	Por cada grupo de 5 folhas	3,75
8.2	Consulta do Livro de Obra	9,37
9	Termos de entrega de documentos juntos a processos, cuja restituição haja sido autorizada	5,39
10	Fornecimento, a pedido dos interessados, de 2ª via de documentos	14,70
11	Celebração de contratos administrativos (por página)	1,82
12	Desentranhamento de documentos inseridos em processos para utilização em outros processos (por cada 5 folhas)	5,62
Artigo 2.º	Publicações necessárias	
1	Por cada	19,07
Artigo 3.º	Averbamentos	
1	Qualquer tipo de averbamento em processo e respectivos títulos emitidos pela Câmara Municipal	32,47
Artigo 4.º	Registos	
1	Registo de estabelecimentos de alojamento local	
1.1	Mera Comunicação Prévia	11,83
1.2	Vistoria	90,70
2	Registo de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão (por máquina)	
2.1	Comunicação do Registo	38,95
2.2	Averbamento de alterações de propriedade	38,95
3	Registo de termos de responsabilidade no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (por cada)	5,63

TABELA DE TAXAS

102
/

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
4	Emissão de Certificado de Registo de Cidadão da União Europeia, de acordo com a legislação em vigor (Portaria n.º 1637/2006, de 17 de Outubro)	
Artigo 5.º	Licenciamentos	
1	Guarda nocturno	
1.1	Apreciação do pedido	18,99
1.2	Licenciamento	8,14
2	Actividade de Venda Ambulante e Renovação Anual	a)
2.1	Apreciação do pedido	8,07
2.2	Licenciamento	3,45
3	Venda ambulante de lotarias (por ano)	b)
3.1	Apreciação do pedido	6,72
3.2	Licenciamento	2,88
4	Realização de acampamentos ocasionais (por semana ou fracção)	
4.1	Apreciação do pedido	3,21
4.2	Licenciamento	1,37
5	Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	
5.1	Provas desportivas (por evento)	
5.1.1	Em Área Territorial Municipal	
5.1.1.1	Apreciação do pedido	14,19
5.1.1.2	Licenciamento	6,08
5.1.2	Em Área Territorial Intermunicipal	
5.1.2.1	Apreciação do pedido	14,19
5.1.2.2	Licenciamento	6,08
5.2	Arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos	

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
5.2.1	Apreciação do pedido	10,21
5.2.2	Licenciamento	4,89
5.3	Fogueiras populares (cada licenciamento)	
5.3.1	Apreciação do pedido	5,96
5.3.2	Licenciamento	2,56
6	Realização de fogueiras e queimadas	
6.1	Apreciação do pedido	8,86
6.2	Licenciamento	3,80
7	Veículos ligeiros de aluguer para transporte de passageiros	
7.1	Apreciação do pedido	43,51
7.2	Licenciamento	18,64
8	Prestação de serviços de restauração ou bebidas com carácter não sedentário	
8.1	Comunicação Prévia com Prazo	66,66
9	Venda de animais de companhia em feira/mercado	
9.1	Mera Comunicação Prévia	11,83
9.2	Vistoria	90,70
Artigo 6.º	Canídeos e outros animais	
1	Captura	
1.1	Escalões consoante a distância:	
1.1.1	Até 5Km	1,29
1.1.2	> 5Km a 10 Km	2,59
1.1.3	>10 Km a 15 Km	3,88
1.1.4	>15 Km	5,17

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2	A acrescentar ao ponto anterior, consoante o tempo dispendido:	
1.2.1	Até 1h	48,67
1.2.2	> 1h a 2 h	97,33
1.2.3	> 2h a 3 h	146,00
1.2.4	>3 h	194,67
2	Guarda e alimentação (por dia)	6,20
3	Abate	118,80
4	Eliminação do cadáver	
4.1	Quando inferior a 10kg	9,54
4.2	Entre 10kg e 30 kg	31,29
4.3	Entre 30kg e 50 kg	61,45
4.4	Quando superior a 50kg	105,01
Artigo 7.º	Medição de ruído e licenças especiais de ruído para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário	
1	Apreciação do pedido	96,31
2	Emissão de licença	41,27
3	Vistoria para medição de ruído	134,41
Artigo 8.º	Remoção e depósito de veículos	
	De acordo com a Portaria nº 1424/2001, de 13 de Dezembro e actualizações	
Artigo 9.º	Ocupação do domínio público ou privado municipal	
1	Mera Comunicação Prévia	43,41
2	Comunicação Prévia com Prazo	66,66
3	Comunicação de cessação da ocupação do espaço público	43,39

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
4	Apreciação do pedido	46,59
5	Junção de novos elementos ao processo	38,51
6	Acresce aos números anteriores, pelo licenciamento ou permissão de ocupação do espaço público:	
6.1	Ocupação do espaço aéreo	
6.1.1	Alpendres fixos ou articulados não integrados nos edifícios e toldos (por metro linear de frente/ano)	9,73
6.1.2	Antenas, fios ou cabos atravessando a via pública (por metro linear/ano)	5,07
6.1.3	Faixas, bandeiras ou pendentes (por m2/ano)	6,85
6.1.4	Outras formas não previstas nos números anteriores (por m2/ano)	16,21
6.2	Construções ou instalações no solo ou subsolo	
6.2.1	Espaços de qualquer tipo, brinquedos mecânicos e outros aparelhos para espectáculo ou divertimento públicos (por m2/mês)	1,33
6.2.2	Cabine ou posto de comunicações (por m2 de implantação/ano)	16,25
6.2.3	Posto de transformação (por m2/ano)	16,25
6.2.4	Bancas permanentes para venda de quaisquer artigos (por m2/ano)	16,25
6.2.5	Bancas removíveis de venda ambulante (m2/mês)	1,32
6.2.6	Pavilhões, quiosques e outras construções temporárias (por m2/mês)	27,82
6.2.7	Depósitos à superfície (por m3/ano)	16,14
6.2.8	Depósitos subterrâneos (por m3/ano)	16,23
6.2.9	Postes ou marcos (por unidade/mês)	0,51
6.2.10	Suportes para publicidade (m2/ano)	16,25
6.2.11	Pranchas para carga e descarga de mercadorias, acesso de veículos a garagens ou parques (m2/dia)	0,03
6.2.12	Roulotes para comercialização de quaisquer produtos ou com fins publicitários (por m2/mês ou fracção)	1,33
6.2.13	Esplanadas, incluindo mesas, cadeiras e guarda-sóis, com e sem estrado, com e sem guarda-vento (por m2/mês)	
6.2.13.1	Em espaço aberto	

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
6.2.13.1.1	De Junho a Setembro	1,24
6.2.13.1.2	De Outubro a Maio	0,04
6.2.13.2	Fechadas, fixas ou amovíveis	1,24
6.2.14	Arcas de gelados, grelhadores, expositores e outros equipamentos similares (por m2/mês)	2,71
6.2.15	Ocupação para realização de eventos desportivos, culturais, recreativos e sociais (m2/dia)	5,39
6.2.16	Ocupação para realização de filmagens (dia)	6,12
6.2.16.1	Acresce por m2/dia	5,39
6.2.17	Outras ocupações de espaços públicos, não previstas nos números anteriores (por m2 ou m3/ mês)	1,32
6.3	Ocupação do domínio público - Colocação e instalação de tubos, condutas, cabos condutores, armários, fibras ópticas, cabos telefónicos ou eléctricos, instalações electrónicas, instalações de redes de informática ou outra cabelagem, gás, água e semelhante, por metro linear ou fracção/ano:	
6.3.1	Apreciação do pedido	1,58
6.3.2	Com diâmetro até 20 cm	3,03
6.3.3	Com diâmetro superior a 20 cm	3,54
6.4	Ocupação por motivo de obras	
6.4.1	Apreciação do Pedido	3,70
6.4.2	Acresce caso seja:	
6.4.2.1	Tapumes, resguardos ou guardas (por m2 de via pública/mês)	1,30
6.4.2.2	Andaimes quando não for exigível a colocação de tapumes (por m2 de via pública/mês)	1,30
6.4.2.3	Estaleiros, gruas, guindastes e outros veículos (por unidade/dia)	11,70
6.4.2.4	Amassadouros, contentores de entulho e outras ocupações (por m2)	18,33
6.5	Estacionamento em parques fechados	
6.5.1	Por fracções de 15 minutos	0,18
6.5.2	Avença mensal	30,71

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
6.6	Estacionamento não reservado de veículos na via pública em zonas não concessionadas (fora de parques fechados) – por fracção de 10 m em dias úteis das 8:00 h. às 20:00h, Sábados das 8:00h às 14:00h.	0,10
6.7	Estacionamento reservado na via pública em zonas não tarifadas	208,09
6.7.1	Acresce por lugar/mês	19,63
Artigo 10.º	Horários e condições de funcionamento dos estabelecimentos	
1	Horário de funcionamento dentro dos limites estabelecidos - Mera Comunicação Prévia	
1.1	Horário de funcionamento	43,41
1.2	Alteração de horário de funcionamento	43,41
2	Horário de funcionamento fora dos limites estabelecidos	
2.1	Autorização de alargamento	82,41
2.2	Autorização de redução	82,41
3	Vistoria para verificação das condições higio-sanitárias de funcionamento dos estabelecimentos	
3.1	Roulotes de comercialização de produtos alimentares	129,17
3.2	Restantes	129,17
4	Vistoria para verificação das condições higio-sanitárias de veículos de transporte ou comercialização de produtos alimentares	129,17
Artigo 11.º	Mercados	
1	Lojas (m2 ou fracção/mês)	
1.1	De venda de carnes verdes	9,87
1.2	De venda de outros produtos alimentares	5,05
2	Bancas de venda de pescado - por cada:	
2.1	Por dia	4,95
2.2	Por mês	99,62
3	Bancas de venda de géneros alimentícios - por cada:	
3.1	Lugares pequenos	

TABELA DE TAXAS

[Handwritten signature]

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
3.1.1	Por dia	0,86
3.1.2	Por mês	10,05
3.2	Lugares grandes	
3.2.1	Por dia	1,43
3.2.2	Por mês	19,92
4	Outros lugares - por cada:	
4.1	Por dia	0,91
4.2	Por mês	19,99
5	Utilização de frigoríficos municipais (caixa/dia)	0,28
6	Electrodomésticos de propriedade particular ligados à instalação geral do mercado (por cada/mês)	
6.1	Arcas frigoríficas, frigoríficos e similares	17,60
6.2	Frigoríficos industriais	22,83
Artigo 12.º	Feiras de levante	
1	Lugares de terrado	
1.1	Reservados nas feiras (por m2 /dia)	1,14
1.2	Ocupação Ocasional (por m2/ dia)	2,03
2	Recepção e encaminhamento de pedidos de cartão de feirante	9,59
3	Apreciação de projectos de realização de feiras	41,66
4	Autorização de realização de feiras por entidades privadas	27,13
Artigo 13.º	Cemitérios	
1	Inumações	
1.1	Em sepulturas	85,34
1.2	Em jazigos	36,61

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
2	Exumações (por cada ossada), incluindo limpeza	60,78
3	Ocupação de jazigos ou gavetões municipais (por ano)	19,87
4	Ocupação de ossários municipais (por ano)	19,01
5	Utilização de casa mortuária (por dia ou fracção)	50,74
6	Trasladação	23,05
Artigo 14.º	Publicidade	
1	Apreciação do Pedido	41,29
2	Junção de novos elementos ao Processo	31,10
3	Acresce aos números anteriores, pelo licenciamento ou permissão de ocupação do espaço público:	
3.1	Publicidade exibida em mobiliário urbano ou incorporada em suporte pertença do requerente (mupis, mastros-bandeiras, totens, colunas publicitárias, letras soltas ou símbolos, chapas, placas, tabuletas e similares) - (m2/1.º mês)	1,34
3.1.1	Acresce por cada mês	1,30
3.2	Publicidade em edifícios ou em outras construções, visíveis da via pública	
3.2.1	Anúncios luminosos (inclui palas) ou directamente iluminados (m2/mês)	3,13
3.2.2	Anúncios não luminosos (inclui palas) (m2/mês)	2,71
3.2.3	Publicidade instalada em empenas ou fachadas laterais cegas (m2/mês)	2,71
3.3	Publicidade em toldos, guarda-sóis, guarda-ventos, sanefas, expositores e similares, instalados na via pública ou dela visíveis (por cada/ano)	24,58
3.4	Publicidade instalada em andaimes ou tapumes de edifícios em obras visíveis da via pública (m2/mês)	2,71
3.5	Anúncios electrónicos e publicidade computadorizada (por m2/ano)	25,16
3.6	Chapas de proibição de afixação de anúncios (cada/ano)	16,25
3.7	Cartazes a fixar em superfícies confinantes com espaço público (m2/semana)	0,29
3.8	Publicidade em viadutos rodoviários, ferroviários e passagens superiores para peões (por m2/ano)	16,24
3.9	Publicidade em unidades móveis	

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
3.9.1	Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da actividade publicitária (por veículo/semana)	0,55
3.9.2	Táxis (por veículo/ano)	7,07
3.9.3	Outros veículos de transporte colectivo (por veículo/ano)	27,94
3.9.4	Outros veículos (por veículo/ano)	13,07
3.10	Altifalantes ou outros aparelhos fazendo emissões directas, com fins publicitários, no ou para o espaço público (por dispositivo/semana)	0,62
3.11	Distribuição de panfletos e/ou outras acções promocionais de natureza publicitária (por dia)	0,54
3.12	Bandeiras, bandeiras e pendões com fins publicitários (por cada/mês)	6,78
3.12.1	Acredita aos pontos anteriores:	
3.12.1.1	De 51 a 100/cada/mês	5,08
3.12.1.2	Superior a 100/cada/mês	3,39
3.13	Balões ou semelhantes, insufláveis e outros dispositivos aéreos cativos (por dispositivo/dia)	0,89
3.14	Outros suportes publicitários não previstos nos números anteriores (por m2 ou m3 ou metro linear/mês)	2,97
Artigo 15.º	Inspecção de ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas	
1	Inspecções a ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas	
1.1	Inspecções	
1.1.1	periódicas	77,88
1.1.2	extraordinárias	77,88
1.2	Reinspecções	49,50
Artigo 16.º	Licenciamento de instalações de armazenamento e de abastecimento de combustíveis líquidos, gasosos derivados do petróleo e de origem biológica	
1	Instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a licenciamento municipal simplificado	
1.1	Apreciação do projecto	
1.1.1	Instalações da classe A 1	26,02

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.2	Instalações da classe A 2	99,48
1.1.3	Instalações da classe A 3	26,02
1.2	Quaisquer vistorias e inspecções periódicas	
1.2.1	Instalações da classe A 1	228,90
1.2.2	Instalações da classe A 2	228,90
1.2.3	Instalações da classe A 3	228,90
1.3	Emissão de alvará	
1.3.1	Instalações da classe A 1	133,39
1.3.2	Instalações da classe A 2	133,39
1.3.3	Instalações da classe A 3	133,39
2	Instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a análise urbanística	
2.1	Instalações da classe B 2	26,02
3	Execução e entrada em funcionamento de redes de distribuição.	
3.1	Apreciação do pedido (nº de ramais <25)	127,88
3.1.1	Por cada ramal >24	0,57
3.2	Quaisquer vistorias e inspecções periódicas	367,92
3.3	Emissão de alvará	133,39
4	Outras instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a licenciamento municipal	
4.1	Apreciação do pedido	67,47
4.2	Quaisquer vistorias e inspecções periódicas	228,90
4.3	Emissão de alvará	133,39
5	Outras comunicações não previstas nos números anteriores	38,95
Artigo 17.º	Análise de pedido de destaque	

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	Apreciação	104,67
2	Emissão de Certidão	97,46
Artigo 18.º	Análise de pedidos de informação prévia	
1	Prevista no nº 1 do artigo 14º do DL 555/99, de 16 de Dezembro	196,78
2	Prevista no nº 2 do artigo 14º do DL 555/99, de 16 de Dezembro	229,76
3	Prevista no nº 3 do artigo 17º do DL 555/99, de 16 de Dezembro	58,64
Artigo 19.º	Análise de outros pedidos de informação	
1	Por cada	194,07
Artigo 20.º	Exposições diversas no âmbito de um procedimento	
1	Por cada	18,61
Artigo 21.º	Apresentação de projectos	
1	Por cada	14,02
Artigo 22.º	Apreciação de projectos de operações de loteamento	
1	Quando precedida de informação prévia em vigor	
1.1	Até um hectare	84,77
1.2	Por cada hectare a mais	30,17
2	Quando não seja precedida de informação prévia	
2.1	Até um hectare	207,12
2.2	Por cada hectare a mais	59,43
Artigo 23.º	Apreciação de projectos de obras de urbanização	
1	Apreciação	133,73
2	Apreciação de alterações aos projectos	329,34
Artigo 24.º	Emissão de alvará de loteamento	
1	Taxa Municipal de Urbanização:	
1.1	Por fogo e/ou unidade de ocupação com área superior a 25 m2, excluindo áreas destinadas a estacionamento quando associadas à construção principal	

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.1	Multifamiliares	1.458,77
1.1.2	Unifamiliares	1.061,44
1.1.3	Não habitacionais	732,22
1.1.4	Superfícies comerciais abrangidas pelo DL 21/2009 (por unidade de ocupação)	1.702,85
2	Pela emissão de alvará ou aditamento	
2.1	Por cada	200,65
2.2	Acresce por cada fogo ou unidade de ocupação	33,09
Artigo 25.º	Concessão da licença, autorização e admissão de comunicação prévia de obras de urbanização	
1	Para obras de urbanização integradas em loteamento:	
1.1	Por cada período de 30 dias ou fracção	68,12
1.2	Prorrogação	
1.2.1	Apreciação do pedido	10,50
1.2.2	Por cada período de 30 dias ou fracção	340,57
2	Quando a licença de obras de urbanização não for precedida de licenciamento de operação de loteamento acrescem as taxas previstas no n.º 2 do artigo 24.º e as devidas pelas publicações.	
Artigo 26.º	Obras inacabadas	
1	Apreciação	
1.1	Edificações	45,06
1.2	Obras de urbanização e outras remodelações de terreno	41,44
2	Concessão de licença especial ou comunicação prévia	
2.1	Pela emissão do aditamento	67,09
2.2	Obras de edificação por 30 dias ou fracção	6,88
2.3	Obras de urbanização por 30 dias ou fracção	68,12
Artigo 27.º	Separação física de prédios	

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	Apreciação do pedido de separação física de prédios	130,55
Artigo 28.º	Pedidos de redução de caução	
1	Apreciação	200,42
Artigo 29.º	Vistorias às obras de urbanização	
1	Para efeitos de recepção provisória	205,02
2	Para efeitos de recepção definitiva	140,03
Artigo 30.º	Apreciação de projectos	
1	Apreciação do pedido de licenciamento ou comunicação prévia quando precedido de informação prévia em vigor	80,15
1.1	Por cada unidade ou fogo a mais	6,81
2	Apreciação de pedido de licenciamento ou comunicação prévia desde que não seja precedido de informação prévia ou fora do prazo de validade desta e alterações	162,28
2.1	Por cada unidade ou fogo a mais	13,62
3	Apreciação de outros pedidos de licenciamento ou comunicação prévia não inseridos nos números anteriores – por cada	23,38
4	Projectos de especialidade apresentados que careçam de parecer.	68,80
5	Pedidos de novo licenciamento por caducidade da licença ou comunicação prévia	68,80
Artigo 31.º	Pareceres externos	
1	Obtenção de cada Parecer	9,82
Artigo 32.º	Apreciação de outros pedidos não inseridos nos artigos anteriores	
1	Por cada	31,98
Artigo 33.º	Obras executadas na via pública	
1	Apresentação de projectos ou pedidos	5,62
2	Apreciação dos projectos ou pedidos	20,88
3	Emissão do Alvará	
3.1	Emissão do documento	13,28
3.2	Acresce ao número anterior:	
3.2.1	Abertura de valas por m2/dia	4,55

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
3.2.2	Outras obras, por metro linear	13,80
Artigo 34.º	Apreciação de projecto de alteração	
1	Apreciação de alterações aos projectos	66,81
Artigo 35.º	Verificação dos requisitos exigidos por lei para constituição do prédio sob o regime de propriedade horizontal	
1	Quando requerida em simultâneo com o pedido de licenciamento ou comunicação (por cada fracção)	3,34
2	Quando requerida noutra fase do licenciamento das obras ou alteração (por cada fracção)	6,59
3	Quando requerida para edifícios já construídos	129,83
3.1	Acresce ao número anterior para realização da vistoria	133,16
4	Emissão de título	113,52
Artigo 36.º	Licenciamento, autorização e comunicação prévia de obras	
1	Taxa Municipal de Urbanização	
1.1	Por fogo e/ou unidade de ocupação com área superior a 25 m2, excluindo áreas destinadas a estacionamento quando associadas à construção principal	
1.1.1	Multifamiliares	1.458,77
1.1.2	Unifamiliares	1.061,44
1.1.3	Não habitacionais	732,22
1.1.4	Superfícies comerciais abrangidas pelo DL 21/2009 (por unidade de ocupação)	1.702,85
1.2	Construção, ampliação, reconstrução ou alteração de edificações – (por piso e m2 ou fracção)	
1.2.1	Por cada período de 30 dias ou fracção	6,81
1.2.2	Por cada m2	
1.2.2.1	Inserido em loteamento	3,98
1.2.2.2	Inserido no núcleo urbano principal	17,03
1.2.2.3	Inserido no núcleo urbano secundário	10,78
1.2.2.4	Inserido noutros núcleos	7,94

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2.2.5	Não habitacional	3,98
2	Corpos salientes que sejam complemento de áreas de compartimento na parte projectada sobre a via pública (por m2 ou fracção e por piso)	198,66
3	Construção, reconstrução ou alteração de terraços no prolongamento dos pavimentos dos edifícios ou quando sirvam de cobertura utilizável, em logradouros, esplanadas (por m2 ou fracção)	1,70
4	Construção, ampliação, reconstrução ou alteração de muros de suporte ou outras vedações	
4.1	Confinantes com a via pública (por metro linear ou fracção)	3,98
4.2	Não confinantes com a via pública (por metro linear ou fracção)	1,70
5	Alteração de fachadas dos edifícios incluindo a abertura, ampliação ou fechamento de vãos, quando não impliquem a cobrança da taxa do nº 1.2 (por m2 de superfície modificada)	3,98
6	Demolições de edificações (por cada 100 m2 ou fracção)	130,55
7	Construção de tanques para rega (por m3 ou fracção)	0,63
8	Construção, reconstrução, ampliação ou alteração de piscinas ou semelhantes (por m3 ou fracção)	13,62
9	Trabalhos de remodelação de terrenos (por cada 100 m2 ou fracção)	3,29
Artigo 37.º	Emissão de alvará de obras	
1	Pela emissão de alvará ou aditamento	
1.1	Por cada	26,00
2	Pela prática do acto previsto no nº 1 do artigo 36º-A do DL nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro	17,95
Artigo 38.º	Prorrogação de prazo para execução de Obras	
1	Apreciação do pedido	10,50
2	Prorrogação de prazo para a execução das obras (por 30 dias ou fracção)	19,87
3	Prorrogação de prazo de validade da licença de construção para a execução de acabamentos (por 30 dias ou fracção)	39,73
Artigo 39.º	Utilização de edifícios	
1	Apreciação do pedido	27,42
2	Vistorias	
2.1	A construções novas, ampliadas, ou alteradas	69,95

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
2.1.1	Acresce por cada unidade de ocupação	3,41
2.2	Para verificação das condições de utilização	134,68
2.3	Em como as edificações foram construídas anteriormente à data de aplicação do RGEU	134,68
Artigo 40.º	Emissão do alvará de autorização de utilização de edifícios	
1	Emissão de alvará	16,40
2	Acresce ao número anterior:	
2.1	Estabelecimentos de bebidas, de restauração ou de restauração e bebidas	476,80
2.2	Estabelecimentos de bebidas e / ou restauração com espaço destinado a dança	1.294,16
2.3	Estabelecimentos de bebidas e / ou restauração com espaço destinado a jogos	1.021,72
2.4	Estabelecimentos de bebidas e / ou restauração com fabrico de pastelaria, panificação e gelados	510,86
2.5	A estabelecimentos de comércio ou de armazenagem de produtos alimentares ou estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços cujo funcionamento possa envolver risco para a saúde das pessoas	476,80
2.6	Recintos fixos para realização de espectáculos e divertimentos públicos com carácter de continuidade	817,37
2.7	Habitação por fogo ou outras edificações/construções não discriminadas no presente artigo	13,62
2.8	Outros estabelecimentos	476,80
2.9	Empreendimentos turísticos:	
2.9.1	Estabelecimentos hoteleiros	1.702,85
2.9.2	Aldeamentos turísticos	1.702,85
2.9.3	Apartamentos turísticos	1.362,28
2.9.4	Conjuntos turísticos (resorts)	1.702,85
2.9.5	Empreendimentos de turismo de habitação	908,19
2.9.6	Empreendimentos de turismo no espaço rural	681,14
2.9.7	Parques de campismo e de caravanismo	227,05

TABELA DE TAXAS

100

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
2.9.8	Empreendimentos de turismo da natureza	681,14
2.9.9	Restantes categorias	227,05
2.10	Estabelecimentos industriais	
2.10.1	Tipo 1	2.270,46
2.10.2	Tipo 2	1.702,85
2.10.3	Tipo 3	567,61
Artigo 41.º	Comunicação de abertura e declaração prévia	
1	Apresentação (por cada)	14,42
2	Instalação e modificação de estabelecimentos comerciais	
2.1	Mera Comunicação Prévia	9,97
2.2	Comunicação Prévia com Prazo	32,54
2.3	Comunicação de alteração dos dados comunicados na Mera Comunicação Prévia	9,97
2.4	Comunicação de encerramento do estabelecimento	9,97
3	Abertura ao público e início de funcionamento de instalações desportivas	
3.1	Mera Comunicação Prévia	9,97
Artigo 42.º	Auditoria para fixação de classificação	
1	Empreendimentos de turismo de habitação	229,08
2	Empreendimentos de turismo no espaço rural	229,08
3	Parques de campismo e de caravanismo	229,08
Artigo 43.º	Alteração ao uso de utilização	
1	Apresentação do pedido	42,12
2	Apreciação do pedido	81,68
3	Pela autorização:	

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
3.1	De garagens para outros fins (por m2 ou fracção de espaço alterado)	17,03
3.2	Acrescem à taxa prevista no número anterior as previstas no artigo 40.º	
3.3	A outras alterações à utilização aplicam-se as taxas previstas no artigo 40.º	
Artigo 44.º	Ficha Técnica da Habitação	
1	Depósito da ficha técnica da habitação	19,19
2	Fornecimento de 2ª via	34,00
Artigo 45.º	Emissão de pareceres urbanísticos	
1	Parecer sobre não sujeição de lote ou parcela de terreno às prescrições legais sobre loteamentos	14,02
Artigo 46.º	Autorização de infra-estruturas de telecomunicações	
1	Apresentação do Pedido de Autorização de Infra-Estruturas de Suporte de Telecomunicações	19,92
2	Apreciação de projectos e junção de documentos:	
2.1	Apreciação de projectos ou projectos de alteração	22,41
2.2	Anexação de elementos em falta nos processos	42,80
3	Emissão de Alvará	2.857,99
Artigo 47.º	Licenciamento de projectos de revestimento florestal	
1	Apreciação do projecto	46,55
2	Vistoria	186,18
3	Emissão de alvará	7,21
Artigo 48.º	Licenciamento de projectos de remodelação de terrenos e de destruição do coberto vegetal	
1	Apreciação do projecto	14,24
2	Emissão do Alvará	26,00
2.1	Acresce por cada hectare	341,00
2.2	Acresce por cada fracção de 30 dias	6,81
Artigo 49.º	Instalação e exploração ou alteração de estabelecimentos industriais	

TABELA DE TAXAS

1015

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	Pedido de informação prévia	114,25
2	Mera Comunicação Prévia	112,72
3	Vistorias	
3.1	Para exercício de Actividade Agro-alimentar	28,40
3.2	De conformidade	98,86
Artigo 50.º	Exploração de massas minerais	
1	Emissão de Parecer de localização	35,09
2	Apreciação de pedido de licenciamento	35,09
3	Vistorias	38,82
4	Emissão de alvará	35,09
5	Registo de técnico responsável	35,09
Artigo 51.º	Elaboração e apreciação de orçamentos de obras	
1	Por iniciativa do município	82,31
2	A requerimento do locador ou do locatário	82,31
Artigo 52.º	Vistorias	
1	Quaisquer tipo de vistorias	90,70
Artigo 53.º	Actos da competência da Comissão Arbitral Municipal	
1	Para determinação do coeficiente de conservação	298,55
2	Para definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior	520,56
3	Pela submissão de um litígio a decisão da CAM	143,49
4	Aos pontos anteriores, acresce:	
4.1	Vistorias da competência da CAM ou por ela determinadas	149,46
4.2	Por cada comunicação dirigida às partes	15,44

TABELA DE TAXAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
5	As taxas previstas no n.º 1 e 2 do presente artigo são reduzidas a 1/4 quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à 1.ª	
Artigo 54.º	Recintos itinerantes ou improvisados para realização de espectáculos e divertimentos públicos de natureza acidental	
1	Apreciação do pedido	10,81
2	Licenciamento	4,63
3	Por cada dia acresce	5,39
4	Vistorias	96,95
Artigo 55.º	Controlo metrológico	
	De acordo com o Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro, regulamentado pela Portaria n.º 962/90, de 9 de Outubro e pelo Despacho n.º 18 853/2008, de 3 de Julho	
Artigo 56.º	Atendimento Mediado	
1	Atendimento mediado na utilização do Balcão do Empreendedor	5,03

* Os valores constantes na presente tabela, incluem a actualização referida no artigo 28º do Regulamento, bem como o factor progressivo da aplicação diferida prevista no artigo 36.º do mesmo instrumento regulamentar

a) Competência da DGAE - Artigo 5.º da Lei n.º 27/2013, de 12 de Abril

b) Competência das Juntas de Freguesia - Alínea a) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

TABELA DE TARIFAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
Artigo 1.º	Pedido de Plantas de Localização	
1	Formato A4	2,93
2	Formato A3	4,42
3	Formato A2	5,47
4	Formato A1	5,47
5	Formato A0	5,47
6	Outros formatos por fracção ou m2	7,30
Artigo 2.º	Cartografia	
1	Formato A4	2,93
2	Formato A3	4,42
3	Formato A2	5,47
4	Formato A1	5,47
5	Formato A0	5,47
6	Outros formatos por fracção ou m2	7,30
7	Em Suporte Digital	
7.1	Por 1 ha ou fracção	11,35
7.2	Por cada ha ou fracção a mais, acresce	1,83
Artigo 3.º	Extratos IGT'S	
1	Formato A4	2,93
2	Formato A3	4,42
3	Formato A2	5,47
4	Formato A1	5,47
5	Formato A0	5,47
6	Outros formatos por fracção ou m2	7,30

TABELA DE TARIFAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
Artigo 4.º	Cartas de outras Servidões	
1	Formato A4	2,93
2	Formato A3	4,42
3	Formato A2	5,47
4	Formato A1	5,47
5	Formato A0	5,47
6	Outros formatos por fracção ou m2	7,30
Artigo 5.º	Processos relativos a empreitadas, fornecimentos e outros	
1	Por cada peça desenhada	
1.1	Formato A4	3,82
1.2	Formato A3	5,70
1.3	Formato A2	7,15
1.4	Formato A1	7,15
1.5	Formato A0	7,15
2	Por cada 20 folhas escritas, reproduzidas, copiadas ou fotocopiadas	4,76
3	Em suporte informático	7,53
Artigo 6.º	Utilização da auto-escada da protecção civil em situações de não emergência (por cada 30 minutos ou fracção)	37,31

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Índice de preços no consumidor (Taxa de variação homóloga - Base 2012 - %) por Localização geográfica e Agregados especiais: Mensal									
		Agregados especiais									
		Total	Total excepto habitação	Total excepto produtos	Total excepto produtos	Total excepto produtos	Total excepto produtos	Produtos alimentares não	Produtos energéticos		
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Outubro de 2013	Portugal	-0,25	-0,27	0,19	-0,29	0,18	0,15	0,15	-3,10		
Setembro de 2013	Portugal	0,12	0,10	0,34	-0,17	0,60	2,64	2,64	-2,45		
Agosto de 2013	Portugal	0,15	0,14	0,05	-0,34	0,54	4,49	4,49	-1,72		
Julho de 2013	Portugal	0,76	0,75	0,46	0,42	0,81	3,64	3,64	0,36		
Junho de 2013	Portugal	0,98	0,98	0,64	0,62	1,04	4,25	4,25	0,12		
Maio de 2013	Portugal	0,71	0,69	0,55	0,30	0,99	4,50	4,50	-1,32		
Abril de 2013	Portugal	0,18	0,15	0,31	-0,07	0,57	2,60	2,60	-1,92		
Março de 2013	Portugal	0,45	0,42	0,35	0,22	0,61	2,63	2,63	0,20		
Fevereiro de 2013	Portugal	-0,03	-0,09	-0,48	-0,27	-0,18	2,20	2,20	2,40		
Janeiro de 2013	Portugal	0,17	0,11	-0,33	-0,12	0,02	2,78	2,78	2,04		
Dezembro de 2012	Portugal	1,92	1,90	1,27	1,80	1,46	3	3	4,65		
Novembro de 2012	Portugal	1,89	1,87	1,22	1,80	1,39	2,71	2,71	4,89		
Índice de preços no consumidor (Taxa de variação homóloga - Base 2012 - %) por Localização geográfica e Agregados especiais: Mensal - INE. Índice de Preços no Consumidor											
Média dos últimos 12 meses conhecidos:		1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%

PARECER

Concordo. Propomos que o assunto
seja remetido à reunião
de Câmara.

H. J.

2013/12/17...

O(A) Vereador(a),

Concordo.

A consideração superior, o parecer
nela fundamentado por reunião
de Câmara.

2013/12/17...

O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo

A consideração superior

2013/12/17...

O(A) Chefe de Divisão

[Assinatura]

DESPACHO

A reunião

18/12/13

O Presidente da Câmara,

[Assinatura]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13621

ASSUNTO: Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento "LA LUNA" em Ericeira - término do período de audiência do interessado

Face ao projecto de decisão de indeferimento deliberado em reunião de Câmara de 15/11/2013, relativo ao pedido de alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento "LA LUNA" até às 03:00h, e tendo sido o interessado notificado para no prazo de 10 dias úteis se pronunciar por escrito sobre o citado projecto de decisão, informa-se que o mesmo nada proferiu dentro do referido prazo.

Pelo acima exposto, e de acordo com o artigo 107.º do Código de Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11, na sua redacção vigente, propõe-se que a Câmara Municipal delibere sobre a decisão final da pretensão solicitada.

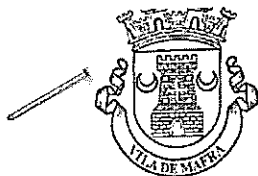
2013.12.16

À Consideração Superior.

A Assistente Técnica,

[Assinatura]
Sónia Jorge

Conforme informado, propõe-se
que a Câmara Municipal delibere
o indeferimento do pedido de
alargamento do horário de
funcionamento até às 3:00h.
A consideração Superior



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

263
F

DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA REUNIÃO DE 2013/11/15

ÁREA DE LICENCIAMENTOS DIVERSOS

ASSUNTO: Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento Bar: La Luna, na Ericeira. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12186, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, e do Chefe de Divisão Administrativa, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado em 12 de Novembro corrente. -----

DELIBERAÇÃO: Considerando que o estabelecimento encontra-se localizado numa zona habitacional, que poderá colocar em causa a tranquilidade e repouso dos residentes; Considerando ainda a existência de reclamação que deu origem ao processo queixa n.º 9.2.8/2008/8, a Câmara Municipal deliberou que é sua intenção indeferir o alargamento do horário de encerramento até às 3:00h, de acordo com o art.º 4.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra. Mais deliberou, nos termos do estabelecido nos artigos 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, fixar em 10 dias o prazo para audiência prévia, que deve ser exercido por escrito.-----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria.-----

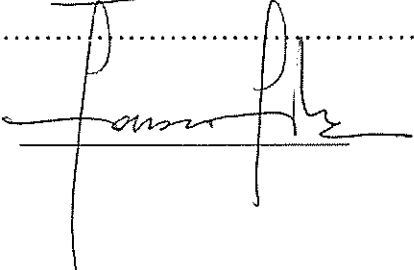
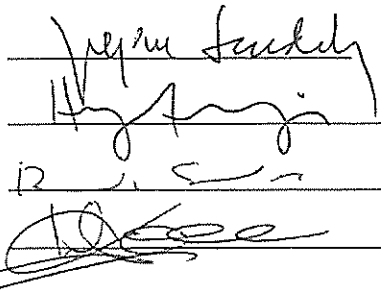
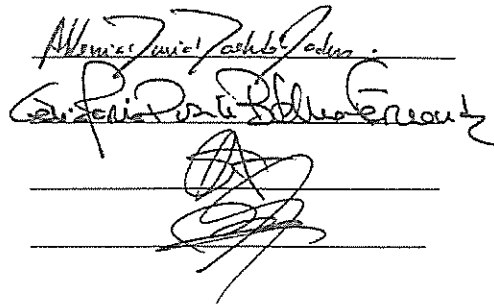
Votos a favor: DE TODOS OS VEREADORES E DO SR. PREGUEIRO.-----

Votos contra: -----

Abstenções: -----

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS:

A correspondência deverá ser
dirigida ao Presidente da Câmara

EXMO SENHOR
ÁLVARO JORGE DA SILVA BOTELHO
BAR LA LUNA
LARGO DOS NAVEGANTES, LOJA 12
2655-320 ERICEIRA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
Saída/2013/12301
10.5.41/2013/98

Data
18-11-2013

Assunto: **Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento "BAR LA LUNA", na Ericeira**

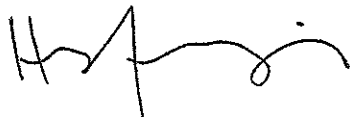
Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V. Exa. que é intenção deste Executivo, deliberada em reunião de Câmara realizada em 15/11/2013, **indeferir o pedido** de alargamento do horário de encerramento até às 03:00 horas, de acordo com o artigo 4.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra, pelo que dispõe V. Exa., de **um prazo de 10 (dez) dias úteis** para, querendo, ao abrigo dos artigos 100.º e seguintes do CPA – Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na sua redacção vigente, dizer o que se lhe oferecer, em audiência escrita.

Mais se informa V. Exa. que o processo estará disponível para ser consultado nos Serviços de Atendimento desta Câmara Municipal.

Com os melhores cumprimentos.

Por Delegação de Competências

O Vereador,

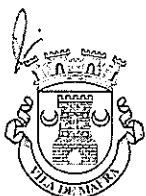


(Hugo Moreira Luís)

Fátima Gns-guida
21/11/2013

Terminar a 5/12/2013

SJ



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 139 • FAX 261 810 130
E-MAIL: licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 – Ofício Tipo



Recebido at RC 436784589 PT

PARECER

Concordo. Proposto que seja rematado
à reunião de Câmara.

[Handwritten signature]

2013/12/18

O(A) Vereador(a),

Concordo.

A consideração superior, o pessoal
aguardando para reunião de Câmara

2013/12/18

O(A) Director(a) de Departamento,
Concordo.

Propõe-se que o assunto
seja submetido ao órgão
executivo, para autorização
da realização de
feiras locais

O(A) Chefe de Divisão

[Handwritten signature]

DESPACHO

A reunião

18/12/13

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13720

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DE 2 FEIRAS EXTRAORDINÁRIAS NA MALVEIRA

Em referência ao fax, cuja cópia se anexa, enviado pela União das Freguesias da Malveira e São Miguel de Alcainça, informa-se o seguinte:

Considerando o n.º 7, do artigo 18.º da Lei n.º 27/2013, de 12 de Abril, conjugado com o artigo 13.º do Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Mafra, é da competência da Câmara Municipal a autorização de eventos pontuais ou imprevistos, não incluídos no Plano Anual de Feiras do Município, desde que asseguradas todas as regras de funcionamento dos respectivos recintos, em cumprimento dos citados normativos.

Pelo que se propõe, que seja submetido ao órgão executivo a autorização da realização de 2 feiras extraordinárias na Malveira, agendadas para os dias 24 e

31 de Dezembro corrente e não incluídas no Plano Anual de Feiras aprovado para o ano de 2013, conforme solicitado pela União das Freguesias em apreço.

À Consideração Superior.

2013-12-18

A Técnica Superior



(Rita Varela)

Largo da Igreja nº13 Apartado 49
2665 - 226 Malveira
TEL.: 219666700 FAX : 219666705

Rua da Junta de Freguesia 2640-749 S. Miguel de
Alcainça
TEL.: 219662036 FAX.: 219668790

**União das Freguesias
da Malveira e São
Miguel de Alcainça**

Fax

Para: Exmo. Sr.
Presidente da Câmara
Municipal de Mafra

De: União de Freguesias de Malveira e
São Miguel de Alcainça

Fax: 261810130

Data: 17 de Dezembro de 2013

Tel.:

Págs.: 1/1

ASSUNTO: *Pedido de Autorização*

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra

No seguimento do plano anual de feiras realizados sob a égide da União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça e do qual já foi dado conhecimento aos serviços competentes da Câmara Municipal de Mafra, entendeu o executivo da União de Freguesias promover a realização de duas feiras extraordinárias, não incluídas no plano anual, agendadas para os dias 24 e 31 de Dezembro. Tais realizações estão fundamentadas na quadra festiva de Natal e Ano Novo que se avizínham, sendo expectável que possam atrair muitos visitantes à Malveira e consequentemente à Feira Tradicional, com os naturais benefícios que podem advir para vendedores e compradores. Mais garante o executivo da União de Freguesias o total cumprimento das normas previstas para a realização deste tipo de evento, consignadas no Regulamento das Feiras em vigor.

Nesse sentido, vimos por este meio solicitar junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra a competente autorização.

Sem outro assunto de momento,

Pelo Excmo. Sr. Presidente
Manuel José Guselo

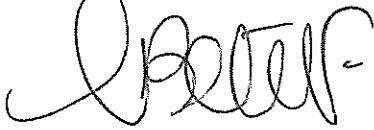


PARECER

Concordo com os termos propostos.
A encaminhar ao Excmo. Senhor Presidente
da Câmara.

18/12/2013

O(A) Vereador(a),



Construo a informação prestada. A
Sra. Vereadora por decisão.

17/12/2013

O(A) Director(a) de Departamento, em substituição
do cargo do despacho nº 57/2013-PCR, de
23/10.



...../...../.....

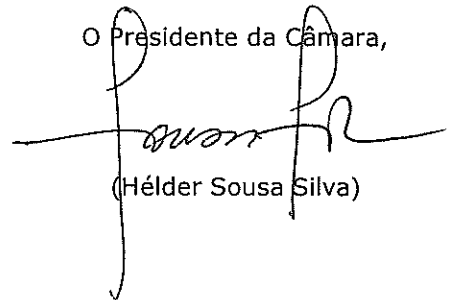
O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

18/12/13

O Presidente da Câmara,



(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13218

ASSUNTO: Gratuidade nos serviços da Componente de Apoio à Família - Ano Lectivo
2013/2014 - Ratificação de Despachos

Exma. Senhora Vereadora

Considerando que, de acordo com a lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,
que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das
entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de
competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades

intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, compete à Câmara Municipal, “deliberar no domínio da acção social escolar, designadamente no que respeita a **alimentação**, alojamento e atribuição de **auxílios económicos** a estudantes”, alínea hh) do ponto n.º 1 do artigo 33.º.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Maio, estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito de acção social escolar e que o Despacho n.º 11861/2013, de 12 de Setembro, regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, de responsabilidade dos Municípios, nas modalidades de apoio alimentar e auxílios económicos destinados às crianças de educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico.

Assim, cumpre-me informar que, no ano lectivo de 2013/2014, foram atribuídas, além das legalmente impostas, as comparticipações financeiras, relativas à gratuidade nas refeições, constante no quadro apresentado em anexo, pelo que admitindo o entendimento de que a competência em causa esteja conferida ao Executivo Municipal, propõe-se a ratificação da decisão em apreço por parte deste último órgão autárquico.

À Consideração Superior.

Mafra, 17 de Dezembro de 2013.

A Coordenadora Técnica,



(Filipa Melo e Castro)

Alunos com atribuição de Gratuidade no Ano Lectivo 2013/2014														
Estabelecimento de Ensino	Número de alunos por escola	Nome da Criança	Serviço (CAF)	N.º elementos do agregado familiar	Localidade	Enc. Educação	Profissão	Rendimento do agregado	Despesas	Rend. Disponível para o agregado	Rend. Per Capita	Valor que pagaria/dia ou mês	Total ano lectivo	Despacho
EB Dr. Sanches de Brito - Salgados	1	Andrá Miguel Dias Sousa	R (Novembro e Dezembro/13 - até à aplicação do n.º 5 art.º 9.º do Despacho 18987/2009 de 17 de Agosto)	2	Ericeira	Andreia Vanessa Dias Verdingola	Desempregada	760, 00 €	512,71 €	247,29 €	123,65 €	R - 1,46 € (diário)	97,82 €	Edoc 11409/2013
Total													97,82 €	

Legenda

R - Refeição

PH - Prolongamento de horário

AIL - Actividades nas Interrupções Letivas

PARECER

Concordo.
A encunhação do Exmo Senhor
Presidente da Câmara.
..18../..12../..2013

A Vereadora,

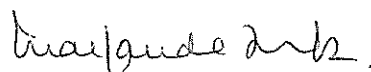


...../...../.....

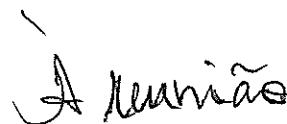
A Directora de Departamento,

Continuo as informações feitas.
A Srª Vereadora para eventual
aproveitamento para reunião de
..16../..12../..2013 Câmara.

A Chefe de Divisão

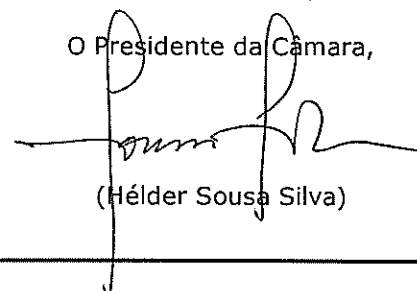


DESPACHO



18/12/13

O Presidente da Câmara,


(Helder Sousa Silva)

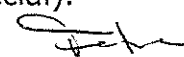
INFORMAÇÃO Interno/2013/13361

ASSUNTO: Comparticipação de transporte em circuito especial - aluno com NEE da Escola Secundária José Saramago - Maфра

Exma. Senhora Vereadora,

Para os devidos efeitos, informo V. Ex.ª ter sido recebido neste serviço um Boletim de Candidatura ao Transporte Escolar, remetido pela Escola Secundária José Saramago - Maфра, referente ao aluno **Eduardo Diogo Ferreira da Costa**, residente na localidade do Sobreiro, freguesia de Maфра, o qual sofre de paralisia cerebral, tetraparésia espática e retinopatia e tem necessidade de se deslocar em cadeira de rodas.

O aluno presentemente com 18 anos de idade, pese embora a sua patologia, devido à sua idade e por indicação da equipa de ensino especial da Escola Básica de Maфра, no presente ano lectivo está a frequentar o 10.º ano de escolaridade, tendo sido matriculado numa turma de PROCEI I (ensino especial).



De acordo com o Despacho n.º 11861/2013, de 12 de Setembro, no seu número 2, *"No ano escolar de 2013/2014 os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio, considerado o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, têm também direito, no âmbito da acção social escolar, à **comparticipação da totalidade do custo de transportes para as escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que frequentam**, conforme o disposto nas alíneas a) e b) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 3/2008."*

Dispõe ainda o n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, acima referido, que *"No caso de não poderem ser utilizados os transportes regulares ou os transportes escolares, a participação do custo dos transportes a que se refere a alínea b) do número anterior é da **responsabilidade do Ministério da Educação**."*

Assim, pese embora a Escola Secundária de Mafra não ter ainda a classificação de *"**escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado**"* referido no Despacho n.º 11861/2013, de 12 de Setembro, o aluno em causa frequenta o estabelecimento de ensino que melhor responde às suas necessidades, possuindo todos os requisitos para receber a classificação atrás mencionada.

Nesta conformidade foi enviada exposição à DGEST a solicitar a participação do transporte do aluno, aguardando-se resposta por parte dessa entidade.

Simultaneamente, foi solicitada informação a três entidades sobre a sua disponibilidade e orçamento para efectuar o transporte durante o presente ano lectivo, sendo que a proposta mais favorável foi da Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, a qual propõe o custo diário de 12,50€. Acresce ainda que presentemente o aluno apenas necessita de transporte da parte da manhã, o que representará um encargo diário de 6,25€.

Nesta conformidade, atendendo à urgência de se assegurar o transporte do aluno, sendo que presentemente é a encarregada de educação que o está fazer, com grande dificuldade e com prejuízo da sua actividade profissional, submete-se à consideração superior a participação do transporte do aluno durante o

presente ano lectivo e enquanto não houver resposta positiva por parte da DGEST.

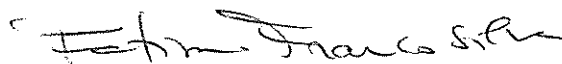
Propõe-se ainda que o mesmo seja assegurado pela Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, através de Acordo de Colaboração, que se anexa.

Mais se informa que o encargo diário será de 12,50€ (isento de IVA ao abrigo do artigo 9.º, n.º 6), prevendo-se um encargo total máximo de 1.212,50€ (97 dias X 12,50€), salvaguardando-se a possibilidade de apenas ser necessário o transporte de recolha, o que representará metade do encargo agora apresentado.

Para despacho superior.

Mafra, 16 de Dezembro de 2013.

O Assistente Técnico,



Fátima Franco Silva

ACORDO DE COLABORAÇÃO

Entre o Município de Mafra, representado pelo seu Presidente, Helder António Guerra de Sousa Silva, e a Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, representada pelo seu Presidente, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, é celebrado o presente acordo, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objecto)

1. O presente acordo tem por objecto a prestação de serviços, por parte da Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, vocacionada para o apoio a crianças e jovens, nomeadamente o fornecimento de transporte em viatura adequada ao uso de cadeira de rodas.
2. A prestação de serviços a que se refere o número anterior destina-se ao transporte do aluno **Eduardo Diogo Ferreira da Costa** para a Escola Secundária José Saramago, o qual é residente na localidade Sobreiro e se desloca em cadeira de rodas.

Cláusula Segunda

(Obrigações da Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação)

1. A Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação obriga-se a efectuar o transporte entre a localidade do Sobreiro e a Escola Secundária José Saramago, em Mafra, no seguinte horário: Entrada: 2.ª feira - 10h15m, 3.ª a 6.ª feira - 9h15 (Escola Secundária); Saída: de 2.ª a 6.ª - 16h00m (APERCIM), pelo valor diário de 12,50€ (doze euros e cinquenta cêntimos).
2. Nos dias em que apenas seja necessário o circuito de recolha, o valor diário será de 6,25€ (seis euros e vinte e cinco cêntimos).

Cláusula Terceira

(Obrigações do Município de Mafra)

O Município de Mafra obriga-se a transferir, mensalmente, o valor correspondente ao fornecimento, de acordo com a nota de encargos apresentada.

Cláusula Quarta

(Vigência)

O presente acordo vigorará de Janeiro a Junho de 2014.

Mafra, ____ de _____ de 2013.

A Câmara Municipal
de Mafra

A Associação de Socorros da
Freguesia da Encarnação,

O Presidente,

O Presidente,

_____
(Helder Sousa Silva)

_____
(Gil Ricardo Sardinha Rodrigues)

PROPOSTA

Considerando que:

- a) Em reunião camarária realizada no passado dia 25 de Novembro de 2010 a Câmara Municipal, tendo presente que a função accionista, consubstanciada na definição de orientações estratégicas relativas à actuação das empresas municipais, cabia ao Executivo Municipal, deliberou que fosse convocada uma Assembleia Geral da empresa Mafratlântico – Vias rodoviárias, EM, com o objectivo de propor, aos demais accionistas, o início do processo de dissolução, uma vez que a mesma havia realizado integralmente o seu objecto, o que, no termos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 141.º do Código das Sociedades Comerciais, é fundamento para a sua dissolução, dado que a via que a empresa se propôs projectar, executar e financiar foi transferida para a EP, Estradas de Portugal, S.A.;
- b) No dia 29 de Dezembro de 2010, em reunião da Assembleia Geral, foi deliberado que o Município assumisse directamente todos os direitos e obrigações da Mafratlântico decorrentes de contratos por esta celebrados com terceiros e que tenham por objecto a concepção, projecto, construção, financiamento, conservação ou exploração da via, entre os quais a responsabilidade pelo pagamento ao consórcio constituído pelas empresas Construtora do Tâmega, SA e Zagope – Construções e Engenharia, SA das quantias devidas ao abrigo do contrato de empreitada para a construção de parte da via, tal como determinadas por força do acórdão de 25 de Março de 2012 do Tribunal Arbitral constituído para o efeito;
- c) Em reunião camarária realizada no dia 17 de Fevereiro de 2011, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do previsto da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual, submeter à Assembleia Municipal a proposta de dissolução da empresa Municipal Mafratlântico – Vias

rodoviárias, EM, uma vez que a mesma, com a transferência da via para a EP, Estradas de Portugal, S.A., havia esgotado o seu objecto social;

- d) Em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de Fevereiro de 2011, a Assembleia Municipal aprovou, sob proposta da Câmara, a dissolução da empresa municipal Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM.;
- e) Em 6 de Dezembro de 2013, reuniu a Assembleia Geral da empresa Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM, e deliberou aprovar o relatório de contas e do balanço do exercício final apresentado pelo Exmo Liquidatário, reportado à data de encerramento, o qual se junta como doc. 1, tendo presente o parecer do revisor oficial de contas, bem como deliberou sobre a liquidação e encerramento da sociedade.

DO RELATÓRIO DE CONTAS E DO BALANÇO DO EXERCÍCIO FINAL

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Tomar conhecimento do relatório de contas e do balanço do exercício final apresentado pelo Exmo Liquidatário, bem como da deliberação tomada pela Assembleia Geral da empresa Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM., que se encontra expressa na acta daquele órgão e que se junta como doc. 2;
2. Ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, submeter tais documentos a conhecimento da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da aludida lei que prescreve que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade das empresas locais.

DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO AO CONSÓRCIO EMPREITEIRO E INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO

Ora, aqui chegados, e dado que a empresa Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM., em cumprimento do deliberado pela Assembleia Municipal, foi liquidada e dissolvida, tal como consta da aludida deliberação, o Município assumiu directamente todos os direitos e obrigações descritos no considerando b) desta proposta.

Tal como consta do relatório de contas e do balanço do exercício final apresentado pelo Exmo. Liquidatário, encontra-se por pagar ao consórcio empreiteiro bem como à instituição de crédito a que esta cedeu o seu crédito, o montante de € 7.641.890,20 (sete milhões seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa euros e vinte cêntimos), acrescidos de juros de mora vencidos desde Maio de 2010.

De notar que o valor apurado resultou do acordo de transacção celebrado entre a Mafratlântico e o consórcio empreiteiro, homologado por sentença do Tribunal Arbitral datada de 26 de Março de 2010, a qual se junta como doc. 3.

Tendo em vista o pagamento da aludida quantia, está o Município a negociar com o consórcio empreiteiro bem como com a instituição de crédito a que aquele cedeu créditos, a forma e prazo de pagamento.

DA EXPROPRIAÇÃO DAS PARCELAS PARA CONSTRUÇÃO DA VIA

Na sequência da decisão que foi tomada aquando da dissolução da empresa municipal Mafratlântico – Vias Rodoviárias, E.M., de o Município assumir directamente todos os direitos e obrigações da Mafratlântico decorrentes de contratos por esta celebrados com terceiros e que tivessem por objecto a concepção, projecto, construção, financiamento, conservação ou exploração da Via, há também que levar ao conhecimento dos órgãos do Município as situações ligadas às expropriações que se encontram em Tribunal e que podem vir a ter impacto no orçamento municipal.

✓

Se é verdade que todos as parcelas que foram objecto de expropriação por via litigiosa se encontram com as cauções correspondentes aos valores chegados pelos árbitros devidamente providas, não menos verdade é que os valores que, a final, venham a ser fixados judicialmente podem ter discrepâncias face aos valores já caucionados.

Assim, e para se ter uma noção correcta dos valores que, neste momento, estão pendentes, proponho que a Câmara Municipal delibere:

3. Tomar conhecimento da listagem anexa (doc. 4), a qual traduz o estado dos processos judiciais em curso relativos à expropriação das parcelas que visaram a construção da auto-estrada;
4. Ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, submeter tais documentos a conhecimento da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da aludida lei que prescreve que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade das empresas locais.

DO CRÉDITO DO MUNICÍPIO SOBRE A EP, ESTRADAS DE PORTUGAL, SA

Por último, há a referir que existe um crédito por parte da Mafratlântico e que se prende com o que ficou definido no acordo celebrado em 10/09/2009 entre a EP- Estradas de Portugal, SA, a Câmara Municipal de Mafra e a Mafratlântico e homologado por Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, nomeadamente na clausula terceira e que regula a compensação que a Mafratlântico, em resultado do facto de ter suportado todos os custos de investimento com a concepção, construção e gestão da via, tem direito a perceber por força da transferência para a EP, Estradas de Portugal, SA.

Na verdade, de acordo com o ponto 6 da aludida clausula e que prescreve que *"As partes aceitam que o valor da compensação referida no número 1 desta*

clausula seja fixado, definitivamente e de forma irrevogável, em 200 milhões de euros, ao qual acrescerá o IVA à taxa normal em vigor, valor esse que será apenas aditado pelos seguintes encargos:

- a. Os juros remuneratórios, comissões de imobilização, comissão de agente e imposto do selo emergentes dos Contratos de Financiamento, contratados pela Mafratlântico nos termos do anexo 4, por esta suportados entre 01 Junho de 2009 e a Data da Subconcessão ou a Data Final, consoante a que ocorrer primeiro; e*

Os encargos com os contratos de cobertura de risco em vigor, cuja cópia consta do anexo 15, a partir de 1 de Junho de 2009 e até à data da sua liquidação, nomeadamente no seu vencimento”, a Mafratlântico, e agora o Município, tem um crédito sobre a EP, Estradas de Portugal, SA., no valor de € 4.825.713,51 (quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos e treze euros e cinquenta e um cêntimos), o qual vem sendo reclamado, reclamação essa que não tem sido subsequente, conforme resulta do doc. 5 que se junta.

Estabelece a Clausula 11 do acordo acima referido que “1. Em caso de diferendo decorrente do presente Acordo, as Partes diligenciarão obter uma solução concertada para a questão.

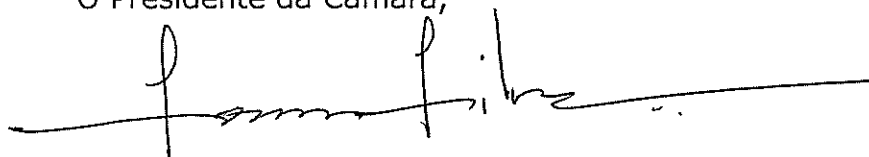
2. Quando não for possível uma solução concertada, qualquer das partes poderá, a todo o momento, recorrer a arbitragem...”.

Face ao exposto, e não obstante as diversas negociações já levadas a cabo com a EP, Estradas de Portugal, SA. e que visam a cobrança do crédito que o Município, por força da liquidação e encerramento da empresa Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM, detém, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- 5. Oficiar a EP, Estradas de Portugal, SA. para que proceda ao pagamento da quantia reclamada até dia 15 de Janeiro de 2014, sob pena de, não o fazendo, e tal se traduzir na impossibilidade de se obter uma solução concertada, se recorrer à arbitragem, através da constituição de um Tribunal Arbitral, tal como previsto na clausula 11 do contrato celebrado;*
- 6. Dar conhecimento à Assembleia Municipal da decisão que vier a ser tomada pela Câmara Municipal quanto a este ponto.*

Mafra, 17 de Dezembro de 2013.

O Presidente da Câmara,



(Hélder Sousa Silva)

Doc. 1

MAFRATLANTICO - Vias Rodovias E.M. S.A.
Balanço em 30 de Novembro de 2013

RUBRICAS	NOTAS	euros	
		30-11-2013	31-12-2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		0,00	6.000.000,00
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		0,00	6.000.000,00
Activo Corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes		59.280,20	112.754,19
Adiantamentos a fornecedores			7.437,60
Estados e outros entes públicos		31.041,02	12.033,29
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber		4.166.015,56	470.836,62
Diferimentos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		10.633,58	15.650,85
		4.266.970,36	618.712,55
Total do activo		4.266.970,36	6.618.712,55
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Ações (quotas) próprias		500.000,00	500.000,00
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		953,30	953,30
Outras reservas			
Resultados transitados		-4.320.798,14	-2.789.213,82
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
		-3.819.844,84	-2.288.260,52
Resultado líquido do período		-1.286.657,24	-1.531.584,32
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		-5.106.402,08	-3.819.844,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos		1.547.698,72	1.887.300,29
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		1.547.698,72	1.887.300,29
Passivo corrente			
Fornecedores		183.783,52	183.783,52
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			1.877,90
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar		7.641.890,20	8.365.595,68
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		7.825.673,72	8.551.257,10
Total do passivo		9.373.372,44	10.438.557,39
Total do capital próprio e do passivo		4.266.970,36	6.618.712,55

Maíra, 2 de Dezembro de 2013

O Técnico de Contas

A Administração

MAFRATLANTICO - Vias Rodoviarias, EM. SA.*Demonstração dos Resultados por Naturezas*

Em 30 de Novembro de 2013

euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		30-11-2013	31-12-2012
Vendas e serviços prestados			
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		93.579,87	33.195,20
Gastos com o pessoal			9.952,78
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		26.440,95	59.918,21
Provisões (aumentos/reduções)		840.514,77	1.732.843,70
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		245.155,11	369.013,02
Outros rendimentos e ganhos			
Outros gastos e perdas		2.252.206,30	177.522,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-1.286.557,24	-1.524.583,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			5.123,14
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		-1.286.557,24	-1.529.706,42
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			0,00
Resultado antes de impostos		-1.286.557,24	-1.529.706,42
Imposto sobre o rendimento do período			1.877,90
Resultado líquido do período		-1.286.557,24	-1.531.584,32
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			

Mafra, 2 de Dezembro de 2013

O Técnico de Contas

A Administração

MAFRATLANTICO - Vias Rodoviarias E.M. S.A.
Balanço do Partilha em 30 de Novembro de 2013

euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30-11-2013	
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		0,00	
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		0,00	0,00
Activo Corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estados e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários			
		0,00	0,00
Total do activo		0,00	0,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		500.000,00	
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		953,30	
Outras reservas			
Resultados transitados		-4.320.798,14	
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
		-3.819.844,84	0,00
Resultado líquido do período		-1.285.619,64	
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		-5.105.464,48	0,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios - Conta Liquidação		5.105.464,48	
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		5.105.464,48	0,00
Total do passivo		5.105.464,48	0,00
Total do capital próprio e do passivo		0,00	0,00

Mafra, 2 de Dezembro de 2013

O Técnico de Contas

A Administração



Handwritten signature and date 12/11/13

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES (BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS)

Introdução

1. Apresentamos o nosso parecer sobre o Balanço e a Demonstração de Resultados do período de 11 meses findo em 30 de Novembro de 2013, da **Mafratlântico - Vias Rodoviárias, E.M. - Em Liquidação**.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Liquidatário:
  - a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados da entidade; e
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
  - a) análise de cumprimento das disposições legais e estatutárias;
  - b) análise de rácios;
  - c) revisão sumárias das principais rubricas que compõem a informação económica e financeira;



- d) análise e teste de elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no período;
- e) análise e teste de elementos relevantes de activos e passivos; e
- f) análise de investimentos e desinvestimentos.

5 Com base no trabalho efectuado, entendemos chamar a atenção para o seguinte:

- a) Foi deliberada a dissolução e liquidação da sociedade na Assembleia Geral de 29/12/2010. O prazo deliberado para a liquidação foi de 2 anos, tendo sido este prorrogado por mais 1 ano por deliberação da Assembleia Geral de 12/11/2012. Neste sentido, foram convocados os accionistas para uma Assembleia Geral para o dia 6 de Dezembro de 2013 com o fim de deliberarem sobre a liquidação e encerramento da sociedade;
- b) Devido à deliberação de dissolução e liquidação da sociedade, referida na alínea anterior, acrescida da reduzida actividade da mesma, que constatámos, todos os movimentos efectuados têm sido nessa óptica, pelo que a empresa não elaborou Orçamento para o exercício de 2013;
- c) A empresa encontra-se na situação de perda de metade do capital prevista no artº 35º do Código das Sociedades Comerciais;
- d) Não foram efectuados os Pagamentos Especiais por Conta de 2013 no valor global de 1.000,00 Euros. A sociedade está em liquidação, mas não cessou a actividade em sede de IVA, pelo que continua vinculada aos pagamentos referidos, conforme os artº 106º, nº 11 do Código do IRC;
- e) Na rubrica de Outros Devedores consta um valor a receber de 46.015,56 Euros referente à Agente de Execução Elisabete Machado, que corresponde ao valor entregue por excesso pelo Município de Mafra relativamente ao Processo 4751/09.06YPRT, que ficou concluído. Este valor deverá ser entregue pela referida Agente de Execução directamente ao Município de Mafra;
- f) Relativamente aos juros de mora que a “Zagope” e o “Banco Português do Investimento” ainda não debitaram, pelas dívidas existentes a estas empresas, foram efectuadas as melhores estimativas possíveis pela Administração da empresa, tendo sido os mesmos reconhecidos através da rubrica de Provisões. Relativamente à “Zagope” o valor dos juros de mora estimados cifram-se em aproximadamente 890 mil Euros e relativamente ao “Banco Português do Investimento” o valor cifra-se em aproximadamente 500 mi Euros;



- g) Constatámos que durante o ano de 2013 foi transmitido para o Município de Mafra um equipamento que constava no Activo Fixo Tangível, no valor de 6 milhões de Euros, que corresponde a um troço de estrada entre Mafra-Carapinheira e Juncal, numa extensão total de 2 quilómetros. Esta estrada foi transmitida para a empresa, oriunda da “Câmara Municipal de Mafra”, pela celebração do contrato-programa de 30/12/2003 entre ambas as partes. Segundo o Relatório do Tribunal de Contas com o n.º 4/2010, 2ª Secção, a autarquia não a poderia alienar. A operação registada em 2013 visou cumprir o relatado pelo do Tribunal de Contas.
6. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre o Balanço e a Demonstração de Resultados do período de onze meses finda a 30 de Novembro de 2013.

Parecer

7. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de onze meses findo em 30 de Novembro de 2013 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 05 de Dezembro de 2013

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Doc 2

ACTAS

Folha 10

ACTA NÚMERO TRINTA E SEIS DA ASSEMBLEIA GERAL

Aos seis dias do mês de Dezembro de 2013, pelas dez horas, reuniu em Assembleia - Geral regularmente convocada nos termos do disposto no artigo 375º do Código das Sociedades Comerciais, na sua sede, sita em NEM - Núcleo empresarial de Mafra, Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, na Vila - Sede de Freguesia e Concelho de Mafra, a Empresa Municipal de Capitais Maioritariamente Públicos - MAFRATLÂNTICO - Vias Rodoviárias, E.M. - Sociedade em Liquidação", pessoa coletiva número 505483394, com o capital social de Euros 500.000,00 (quinhentos mil euros), estando presentes os acionistas que constam da lista de presenças que constitui o anexo a esta ata, encontrando-se representados os acionistas que representam 99% (noventa e nove por cento) do capital social da sociedade ou seja o acionista Câmara Municipal de Mafra e o Acionista Congruência - Sociedade de Construções S.A.-----

De acordo com a lista de presenças que irá ficar arquivada em anexo ao livro de actas da Assembleia Geral da Sociedade, os acionistas estão devidamente representados da seguinte forma: Município de Mafra, representado pelo Senhor Presidente da Camara Municipal de Mafra Senhor Engenheiro Hélder Sousa e Silva e o acionista Congruência Sociedade de Construções S.A, pelo Exmº Senhor Rodrigo Venâncio Ferreira, nos termos de disposições legais e de carta mandadeira que consta igualmente como anexo à presente ata.-----

A Assembleia geral foi presidida pelo, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Joaquim Sardinha, nomeado pelo acionista Câmara Municipal de Mafra de acordo com a deliberação do executivo municipal tendo sido secretariado pelo Secretario da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade o Senhor Dr. Luís David Nobre, na qualidade de Secretário da Mesa.

Participaram nesta Assembleia Geral os demais membros dos Órgãos sociais da Sociedade, o seu Liquidatário e o Revisor Oficial de Contas da mesma, a sociedade Macedo, Caldas e Bento, representada pelo seu socio o Senhor Dr. Hernâni João Dias Bento, Revisor Oficial de Contas sob o nº 1167, tendo igualmente participado na mesma atenta a especificidade da ordem de trabalhos da mesma a Senhora Dr.ª Ana Viana, Diretora dos Serviços Jurídicos da Camara Municipal de Mafra.-----

A Assembleia Geral foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um - Informações-----

ACTAS

Folha 11

Ponto Dois – Deliberar sobre o relatório de contas e do balanço do exercício final apresentado Exmo. Sr. Liquidatário reportados à data do encerramento-----

Ponto Três – Deliberar sobre a Liquidação e encerramento da sociedade-----

O Senhor Presidente da Mesa iniciou a reunião com o PONTO UM da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao Senhor Liquidatário da Sociedade Senhor Dr. António Ramos, os quais explicou aos presentes a sua atividade no ultimo exercício, a qual aliás encontra-se devidamente refletida no relatório por si elaborado e que consta do ponto 2 da Ordem de trabalhos o qual se encontra igualmente acompanhado do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Demonstrações e resultados financeiros, o qual assume a natureza de relatório de contas finais nos termos do disposto no artigo 157º do Código das Sociedades Comerciais.-----

Mais informou que atenta a modalidade de liquidação da sociedade constante da ata da Assembleia Geral da sociedade de 29/12/2010, ou seja a sua liquidação mediante a transmissão global do seu património, ativo e passivo da sociedade, dissolvida para o acionista Camara Municipal de Mafra, devendo ser entregue a este acionista a título de depositária, os livros, documentos e demais elementos da escrituração da sociedade, assim como os demais elementos do arquivo físico, os quais deverão ser guardados por um prazo de 10 anos dando o devido cumprimento ao disposto no numero 4 do artigo 157º do Código das Sociedades, após a prestação destas informações por parte do Senhor Liquidatário da Sociedade, os demais presentes consideraram adequadas as mencionadas informações. Nada mais havendo a tratar neste ponto da ordem de trabalhos pelo que o mesmo foi dado por concluído por acordo unânime de todos os acionistas presentes.-----

De imediato o Senhor Presidente da Assembleia Geral da sociedade deu por concluído o ponto um da ordem de trabalhos, tendo de imediato dado entrada no ponto segundo da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao Senhor Liquidatário da sociedade. -----

Tomou de imediato a palavra o senhor Liquidatário da sociedade o Senhor Dr. António Ramos o qual referiu que o relatório por si apresentado representa o relatório de Contas Finais da sociedade, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 157.º do Código das Sociedade Comerciais, sendo igualmente acompanhado do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Balanço e Demonstrações de Resultados finais. -----

h
124

ACTAS

Folha 12

Considerando que atenta a modalidade de liquidação da sociedade escolhida, ou seja, mediante a transmissão global do seu património (ativo e passivo) para um dos seus acionista, neste caso a Câmara Municipal de Mafra, (ou seja uma Autarquia Local), e sendo a sociedade em causa desde a sua constituição uma sociedade pertencente nos termos da Lei ao Setor Empresarial Local, encontram-se devidamente acautelados todos os interesses dos credores da sociedade, os quais deram o devido consentimento a esta modalidade de liquidação da sociedade.-----

De imediato tomou a palavra o Senhor Eng.º Helder Sousa Silva, na sua qualidade de representante do acionista Câmara Municipal de Mafra, o qual solicitou quer ao liquidatário da Sociedade, quer ao Revisor Oficial de Contas que constasse no mencionado relatório, e nos seus anexos a existência de uma reclamação apresentada pela sociedade em Liquidação, sobre a empresa Estradas de Portugal S.A., decorrente do acerto final de contas do preço a pagar por esta entidade à sociedade ora Liquidada, e constante da carta datada 01/09/2010, no valor de 4.825.713,51€ (quatro milhões oitocentos e vinte e cinco mil setecentos e treze euros e cinquenta e um cêntimos) o qual tem sido objeto de inúmeras discussões com a referida entidade, a qual ainda não se pronunciou de modo definitivo.-----

Igualmente solicitou que atento o modo de liquidação proposto, ou seja, transferência global do património para o acionista Camara Municipal de Mafra, ficassem igualmente inscritas nos anexos ao relatório todas as contingências, de relevância patrimonial. -----

Em resposta à solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, de imediato tomaram a palavra, quer o Liquidatário da sociedade Senhor Dr. António Ramos, quer o representante do Revisor Oficial de Contas Senhor Dr. Hernani Bento, os quais concordaram plenamente com a referida sugestão, declarando que o relatório final de contas da sociedade a aprovar pelos senhores acionistas incluirá o mencionado anexo. -----

Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da sociedade foi colocado à votação o relatório de Contas finais da sociedade, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 157.º do Código das Sociedade Comerciais, acompanhado do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Demonstrações e resultados financeiros, respeitantes às contas finais da sociedade, tendo este ponto da ordem de trabalhos, sido colocado à votação e aprovado por unanimidade por todos os presentes. -----

ACTAS

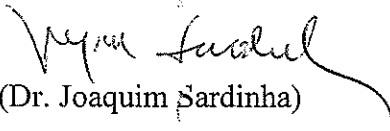
Folha 13

De seguida iniciou-se a discussão do ponto terceiro da ordem de trabalhos,- Deliberar sobre a liquidação da sociedade e o seu encerramento, tendo tomado a palavra o senhor Liquidatário da Sociedade, o qual referiu que uma vez aprovadas as contas finais da sociedade nos termos do ponto antecedente, é atenta a deliberação constante da ata da Assembleia Geral da sociedade de 29/12/2010, que deliberou a liquidação mediante a transferência por transmissão global do património da sociedade (ativo e passivo) nos termos do disposto no artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais, para o acionista Câmara Municipal de Mafra, é proposto que a data de encerramento da sociedade corresponda à data da presente deliberação, ou seja 06/12/2013, obrigando-se a proceder ao seu registo no prazo previsto no artigo 160.º do Código das Sociedades Comerciais, ou seja no prazo de 60 dias, constituindo a presente ata documento idóneo para proceder a esse mesmo registo.-----

Sujeito este assunto à discussão e votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade. Antes de terminar a Assembleia, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra Senhor Eng.º Helder Sousa Silva, o qual atenta a deliberação constante do ponto anterior da Assembleia Geral, encerramento da sociedade propôs um voto de louvor, a todos os que nesta colaboraram, desde a sua constituição até ao seu encerramento, seus trabalhadores, prestadores de serviços e todos os que colaboraram com a sociedade ora encerrada, seus membros de órgãos sociais, todos os senhores administradores que nesta exerceram funções, os diversos órgãos de fiscalização e os membros da mesa. Submetido esta proposta a votação, foi deliberado e aprovado por unanimidade o voto de louvor nestes termos.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou encerrada a presente sessão, dela se lavrando a presente acta que irá ser assinada pelos membros da Mesa e após a sua assinatura encerrado o respetivo livro de atas. -----
Mafra, 06 de Dezembro de 2013

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Dr. Joaquim Sardinha)

O Secretário

(Dr. Luís Carlos David Nobre)



TRIBUNAL ARBITRAL

**Construtora do Tâmega, S.A. e Zagope – Construções e Engenharia, SA./
/ Mafratlântico – Vias Rodoviárias, E.M.**

Sentença homologatória de acordo de transacção

I

1. O presente Tribunal Arbitral foi constituído, em 12 de Novembro de 2007, nos termos do “Acordo Sobre a Constituição e o Funcionamento do Tribunal Arbitral”, de 23 de Julho de 2007, e dos Aditamentos de 8 e 30 de Outubro de 2007, visando dirimir o litígio emergente da execução do Contrato de Empreitada de Obras Públicas designado por “Auto-Estrada Ericeira Malveira e sua ligação à A8, troço Ericeira-Mafra”, segundo o objecto definido pelo mencionado Acordo, tendo como Autoras as Sociedades CONSTRUTORA do TÂMEGA, S.A., pessoa colectiva nº 500 073 945, e a ZAGOPE - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA, S.A., pessoa colectiva nº 500 302 200, constituídas em Consórcio, e como Ré, a MAFRATLÂNTICO - VIAS RODOVIÁRIAS, E.M., pessoa colectiva nº 505 483 394.

2. Em 25 de Março de 2010, o Tribunal Arbitral recebeu um requerimento, subscrito pelos mandatários de ambas as partes, solicitando que, nos

termos do artigo 300º do Código de Processo Civil, o Tribunal procedesse à homologação de um acordo de transacção celebrado entre as partes, tendo por objecto a questão controvertida subjacente à acção referida, nos seguintes termos e com os seguintes fundamentos que se transcrevem:

"a) As Autoras reduzem o seu pedido para o valor de 14.795.000,00 € (catorze milhões, setecentos e noventa e cinco mil euros), acrescido de IVA a taxa legal;

b) Ao valor referido na alínea a) do presente acordo, acrescerão juros de mora vencidos e vincendos a taxa correspondente a soma da euribor a 12 meses, acrescida de uma margem de 2%, desde o passado dia 1 de Junho de 2009, até efectivo e integral pagamento.

i A Ré aceita a referida redução do pedido, confessando-se devedora da mesma, compromete-se a liquidá-la após trânsito em julgado da sentença homologatória nos termos previstos no presente requerimento até ao dia 31 de Dezembro do ano de 2014, ou noutra data anterior.

c) A Ré declara autorizar a eventual cessão deste crédito por parte das Autoras, a favor de entidades bancárias ou financeiras, ficando esta condicionada à observância das condições subsequentes.

d) A eventual cessão de créditos fica contudo condicionada a aceitação, por parte das entidades bancárias, dos termos e condições constantes da alínea j) da Cláusula Primeira do Acordo entre a EP Estradas de Portugal S.A. e Câmara Municipal de Mafra e Mafratlântico Vias Rodoviárias EM, datado de 10 de Setembro de 2009 e que Autoras e Ré declaram conhecer na sua plenitude.

e) As entidades bancárias que venham a adquirir este crédito

não poderão exigir à Ré, valores e condições diversas das constantes da alínea j) da Cláusula Primeira, bem como do seu Anexo nº 4 - Ficha Técnica de Empréstimo.

f) As custas e demais encargos da presente demanda serão suportados pelas partes, na proporção do decaimento”.

II

3. O Tribunal Arbitral considera-se competente, nos termos da lei e do “Acordo Sobre a Constituição e o Funcionamento do Tribunal Arbitral”, de 23 de Julho de 2007, entretanto substituído por novo Acordo de 2 de Junho de 2008, para conhecer do pedido formulado.

4. O Tribunal Arbitral, reunido em 26 de Março de 2010, tendo verificado que o objecto do acordo de transacção se mostra válido e os intervenientes, enquanto mandatários das partes, se encontram habilitados para o efeito, decide, por unanimidade dos seus membros, o seguinte:

- (i) Homologar o acordo de transacção celebrado pelas Partes, nos termos e com os fundamentos resultantes do requerimento de 25 de Março de 2010, anteriormente transcrito;
- (ii) Condenar a Ré, MAFRATLÂNTICO - VIAS RODOVIÁRIAS, E.M., ao pagamento de 14.795.000,00 € (catorze milhões, setecentos e noventa e cinco mil euros), acrescido de IVA a taxa legal, e ainda de juros de mora vencidos e vincendos a taxa correspondente a soma da euribor a 12 meses, acrescida de uma margem de 2%, desde o passado dia 1 de Junho de 2009, até efectivo e integral pagamento, a

favor das Autoras, segundo o mencionado requerimento de 25 de Março de 2010, atrás reproduzido;

- (iii) O disposto no número anterior não prejudica o penhor sobre os direitos de crédito indemnizatórios relativamente à Construtora do Tâmega, S.A., a favor do BPI, segundo carta, de 11 de Fevereiro de 2009, dirigida ao Tribunal Arbitral, entretanto objecto de notificação às partes;
- (iv) Declarar extinta a instância, fixando as seguintes custas e encargos:
- a) Honorários dos Peritos membros da Perícia Colegial:
- Eng. Joaquim Carlos Correia Peres:
    - Valor total dos honorários: 25.000,00 €
    - Valor já pago: 12.500,00 €
    - Valor ainda a pagar: 12.500,00 € + 20% IVA
  - Eng. Mário Augusto Baptista de Campos e Olivença:
    - Valor total dos honorários: 25.000,00 €
    - Valor já pago: 12.500,00 €
    - Valor ainda a pagar: 12.500,00 € + 20% IVA
  - Eng. José Alberto Alves de Paula:
    - Valor total dos honorários: 25.000,00 €
    - Valor já pago: 12.500,00 €
    - Valor ainda a pagar: 12.500,00 € + 20% IVA

b) Honorários dos árbitros:

Atendendo à complexidade técnica e emergente da dimensão documental do processo, sua duração temporal e disponibilidade durante todo esse período e ao montante inicialmente fixado e comunicado, os árbitros, renunciando à faculdade prevista no artigo 3º, nº 4, do Regulamento de Custas e Preparos da Câmara de

Comércio e Indústria – Associação de Comércio de Lisboa, fixam os seus honorários finais nos seguintes termos:

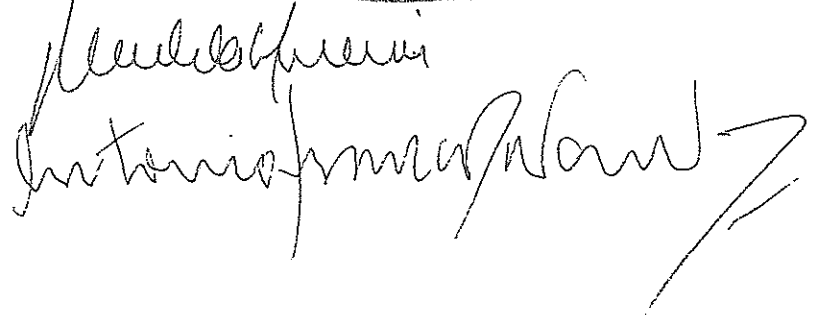
- Prof. Paulo Otero:
  - Valor dos honorários fixados: 115.974,99 €
  - Valor já pago: 57.987,50 €
  - Valor ainda a pagar: 57.987,50 € + 20% IVA
- Dr. Roberto da Silveira:
  - Valor dos honorários fixados: 115.974,99 €
  - Valor já pago: 57.987,50 €
  - Valor ainda a pagar: 57.987,50 € + 20% IVA
- Dr. Franco Redondo:
  - Valor dos honorários fixados: 115.974,99 €
  - Valor já pago: 57.987,50 €
  - Valor ainda a pagar: 57.987,50 € + 20% IVA
- c) Honorários do Secretário do Tribunal, Sr. António José Moreira:
  - Valor dos honorários fixados: 28.993,75 €
  - Valor já pago: 14.496,88 €
  - Valor ainda a pagar: 14.496,88 € + 20% IVA
- d) Outras despesas:
  - Valor já pago: 2.500,00€
  - Valor gasto: 2.000,00 €
  - Valor a restituir: 500,00 €
- (v) Nestes termos, exceptuando os custos com os honorários dos Peritos membros da Perícia Colegial que são suportados, nos termos da Cláusula 6ª, nº 1, do "Acordo sobre a Constituição e Funcionamento de Perícia Colegial", de 12 de Dezembro de 2008, em igual montante por ambas as partes, todos os restantes custos e demais

encargos resultantes do processo são repartidos pelas partes, segundo a proporção do decaimento, o que significa o seguinte:

- a) Tendo presente que o valor inicial da acção era de 17.751.418,00 €, a condenação da Ré ao pagamento de 14.795.000,00 € (sem tomar em consideração os juros devidos) corresponde a 83,3% desse valor inicial, sendo nessa proporção que deverá suportar os custos e demais encargos totais resultantes do processo;
- b) A cargo da Autora fica, por sua vez, suportar os restantes 16,7% do valor total de custos e demais encargos do processo;
- c) Nestes termos se condenam também as partes ao pagamento das custas e encargos fixados na alínea (iv), no prazo de 20 dias;
- (vi) O depósito da presente sentença pelo Secretário do Tribunal será efectuado após o pagamento integral das custas e encargos, nos termos fixados na alínea (iv).

Lisboa, 26 de Março de 2010.

O Tribunal Arbitral

PROCESSOS TRIBUNAL DE MAFRA**1. Parcela 5**

- Maria América Pedrosa Monteiro Pereira Gaspar
- N.º 167/06.4TBMFR
- Valor arbitragem: € 63.763,92
- Aguarda conclusão da peritagem

2. Parcela 6

- Maria América Pedrosa Monteiro Pereira Gaspar
- N.º 168/06.4TBMFR
- Valor arbitragem: € 118.740,00
- Relatório pericial de setembro de 2006: 2 peritos: € 93.513,90 (incluindo expropriante); 2 peritos € 125.688,75; 1 perito € 498.778,00 (expropriada)
- Aguarda sentença

3. Parcela 7

- Maria América Pedrosa Monteiro Pereira Gaspar
- N.º 169/06.0TBMFR
- Valor arbitragem: € 69.911,12
- Relatório pericial de junho de 2006: 3 peritos (incluindo expropriante) € 36.794,94; 1 perito € 36.654,56; 1 perito € 49.706,00 (expropriada)
- Aguarda sentença

4. Parcela 9

- Maria América Pedrosa Monteiro Pereira Gaspar
- N.º 170/06.4TBMFR
- Valor arbitragem: € 120.000,00
- Relatório pericial de maio de 2010: por 2 peritos € 90.910,00 (incluindo expropriante); 1 perito € 119.955,00; 1 perito € 157.000,00; 1 perito € 1.061.065,72 (expropriada)
- Aguarda sentença

5. Parcela 10

- Maria América Pedrosa Monteiro Pereira Gaspar
- N.º 171/06.2TBMFR
- Valor arbitragem: € 608.101,68
- Relatório pericial de maio 2010: por 3 peritos (1 expropriante) € 501.697,06; 1 perito € 661.147,91 (perito da expropriada não apresentou)
- Aguarda sentença

6. Parcela 15

- Maria América Pedrosa Monteiro Pereira Gaspar
- N.º 172/06.0TBMFR
- Valor arbitragem: € 25.412,80
- Relatório pericial de maio de 2010: 2 peritos (1 expropriante) € 17.841,64; 1 € 22.174,57; e € 27.988,00
- Aguarda sentença

7. Parcelas 20.1 e 20.2

- Alda Agostinho Cardoso Gonçalves Ferreira e outros
- N.º 2058/08.5TBMFR
- Valor arbitragem: € 9.336,10
- Aguarda definição quanto a herdeiros

8. Parcela 21

- Francisco Manuel Simões Lopes Matias
- N.º 341/06.3TBMFR
- Valor arbitragem: € 73.110,18
- Relatório pericial de junho de 2010: € 96.110,84
- Aguarda sentença

9. Parcela 24

- Jorge Ângelo Esteves e outros
- N.º 646/09.1T2MFR
- Valor arbitragem: € 18.225,00
- Processo "suspense", por desconhecidos os titulares da propriedade

10. Parcela 43

- Olívia Fernandes da Silva Mota e outros
- N.º 2138/08.7TBMFR
- Valor arbitragem: € 11.637,50
- Aguarda prosseguimento do processo após habilitação

11. Parcela 68

- Manuel Filipe de Oliveira
- N.º 847/06.4TBMFR
- Valor arbitragem: € 59.151,13
- Relatório pericial de novembro de 2010: € 74.465,63

- Aguarda sentença

12. Parcela 92

- Clemente Teixeira do Outeiro
- N.º 754/06.0TBMFR
- Valor arbitragem: € 28.726,15
- Relatório pericial de dezembro de 2010: € 29.632,52
- Aguarda sentença

13. Parcela 120

- Ilda da Conceição da Silva Armés dos Reis e outros
- N.º 885/06.7TBMFR
- Valor arbitragem: € 3.685,00
- Aguarda evolução (efetuada habilitação de herdeiros em 19 de junho de 2013)

14. Parcela 125A

- António Duarte Franco
- N.º 1219/06.6TBMFR
- Valor arbitragem: € 161.215,63
- Relatório pericial: € 139.265,25 (37.721 m2)
- Decidida expropriação total (mais 2 parcelas sobrantes): 7.109 m2 + 37.096 m2
- Entidade expropriante recorreu desta decisão e expropriado também discordou n as alegações que apresentou

15. Parcela 176

- João Francisco Reis Carrola e outros
- N.º 767/06.2TBMFR
- Valor arbitragem: € 11.125,00
- Sentença: € 16.515,00
- Recurso e Tribunal da Relação determinou nova avaliação

16. Parcela LI07

- Pontenrique – Investimentos Imobiliários, Lda. e outros
- N.º 886/06.5TBMFR
- Valor arbitragem: € 102.113,93
- Relatório pericial de fevereiro de 2009: € 202.169,70
- Aguarda sentença

17. Parcela LI11.1, LI11.2, LI11.3 e LI11.4

- Henrique dos Santos Batalha
- N.º 883/06.0TBMFR
- Valor arbitragem: € 1.628.785,58
- Repetida peritagem em 6 de setembro de 2013, por decisão do Tribunal da Relação: € 1.973.672,41
- Aguarda sentença

18. Parcela LS05

- Rogério Caracol Esteves
- N.º 1122/06.0TBMFR
- Valor arbitragem: € 65.660,00
- Relatório pericial de fevereiro de 2013: € 63.798,00 + € 37.000 desvalorização da parte sobrança
- Aguarda sentença

19. Parcela IN

- Aníbal Fernando de Lemos Guedes
- N.º 389/10.3T2MFR
- Valor arbitragem: € 626.513,00
- Relatório pericial: 4 peritos € 966.326,50 e perito expropriante € 593.702,35
- Aguarda sentença

NOTA: os valores são reportados a 2006, pelo que no momento do pagamento são atualizados com os respetivo índices face ao período decorrido.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Doc: 5

1.34

[Handwritten signature]

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho de Administração da
EP – Estradas de Portugal, S.A.
Dr. Almerindo Marques
Praça da Portagem
2809-013 LISBOA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

Data
2010-09-01

Assunto: **Acordo entre a EP/CMM /Mafratlântico E.M.**

Como é do conhecimento de V. Exa., em 10 de Setembro de 2009, a EP – Estradas de Portugal, S.A., o Município de Mafra e a Mafratlântico – Vias Rodoviárias, E.M., celebraram um acordo destinado a regular a transferência para a EP – Estradas de Portugal, S.A., da administração e posse exclusiva e integral da via com perfil de auto-estrada que se desenvolve entre a Ericeira e a Venda do Pinheiro, bem como das respectivas instalações e área de serviço (doravante, designado por “Acordo”).

O n.º 6 da cláusula 4.ª do mencionado Acordo fixa, de modo definitivo e irrevogável, o valor da compensação a pagar à Mafratlântico – Vias Rodoviárias, E.M., como contraprestação pecuniária daquela transferência, aditando ainda a esse valor (i) “os encargos por esta suportados entre 1 de Junho de 2009 e a Data da Subconcessão ou a Data Final, consoante a que ocorrer primeiro”, “emergentes dos Contratos de Financiamento, contratados pela Mafratlântico nos termos do Anexo 4 [do acordo]”, e (ii) os “encargos com o contrato SWAP em vigor, cuja cópia consta do Anexo 15 [do acordo], a partir de 1 de Junho de 2009 e até à data da sua liquidação, nomeadamente no vencimento”.

O valor desses encargos, referidos nas disposições das alíneas a) e b) do n.º 6 da cláusula 4.ª do Acordo, ascende a 4 825 713,51€ (quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos e treze euros e cinquenta e um cêntimos), nos termos do anexo n.º 1 ao presente ofício.

[Handwritten signature]



Assim, solicita-se a V. Exa. a liquidação da mencionada verba, estando disponíveis para a prestação dos esclarecimentos tidos por adequados.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra
E Presidente do Conselho de Administração da Mafratlântico, E.M.

_____
(José Maria Ministro dos Santos, Eng.º)

O Vogal do Conselho de Administração da Mafratlântico, E.M.

_____
(Gil Ricardo Sardinha Rodrigues)

MAFRATLÂNTICO
Vias Rodoviárias, EM

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho de Administração
da
EP – Estradas de Portugal, SA
Praça da Portagem
2809-013 Almada

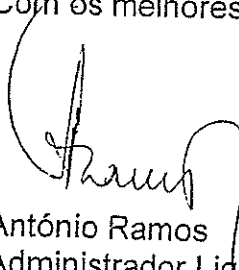
Mafra, 10 de Outubro de 2013

Exmo. Sr. Presidente,

No seguimento do acordado na reunião do passado dia 26 de Setembro, junto enviamos a Nota Explicativa devidamente sustentada por parte do BPI, na sua qualidade de Banco Agente.

Julgamos pois deste modo, dar o devido cumprimento ao oportunamente solicitado por V. Exas., disponibilizando-nos de imediato para procedermos a quaisquer esclarecimentos adicionais.

Com os melhores cumprimentos


António Ramos
Administrador Liquidatário

NOTA EXPLICATIVA DAS VERBAS NÃO ASSUMIDAS PELA ESTRADAS DE PORTUGAL AO ABRIGO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITOS CELEBRADO EM 30 DE JUNHO DE 2010

1- Introdução

No Anexo 1 ao Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos celebrado em 30 de Junho de 2010 (linha "ENCARGOS À DATA DO CONTRATO" constam os encargos entre 1 de Junho de 2009 e 30 de Junho de 2010 que no entender da Estradas de Portugal, SA (doravante EP) materializam a previsão da cláusula 4ª, nº 6 do Acordo celebrado entre a Estradas de Portugal, a Câmara Municipal de Mafra e a Mafratlântico em 10 de Setembro de 2009 (doravante **Acordo Tripartido**). No termos daquele Anexo, os encargos previstos na cláusula 4ª, nº 6 do Acordo Tripartido ascenderiam a **EUR 8.749.079,56** à data de 30.06.2010.

Contudo, a Mafratlântico tem um entendimento diferente quanto ao montante daqueles encargos conforme oportunamente comunicado à EP e objeto de discussão entre as partes tendo apurado um diferencial a seu favor no total de **EUR 4.825.713,50** (devido pela EP), com o detalhe que se apresenta de seguida:

QUADRO 1- Verbas não assumidas pela Estradas de Portugal, SA

Nota	Breve Justificação	Valor
1	Proporção do fluxo do swap vencido em 15.10.2009, na parte entre 15.04.2009 e 01.06.2009	555.333,79
2	Juros entre 01.06.2009 e 30.06.2010, respeitante aos juros vencidos e não pagos em 15.10.2008 e 15.04.2009	685.526,88
3	Diferencial de margem dos juros respeitantes ao fluxos SWAP vencidos	32.793,99
4	Diferencial mecanismo de cálculo dos juros vencidos e não pagos em 01.06.2009 e 30.06.2010	6.684,03
5	Comissão de Estruturação Financeira da parcela Crédito Adicional	218.980,91
6	Comissão de Assessoria Financeira da parcela Crédito Adicional	218.980,91
7	Total Respeitante ao Serviço da Dívida até 30.06.2010 (1+2+3+4+5+6)	1.718.300,50
8	Valor actual dos diferenciais de Margem respeitantes ao serviço da dívida entre 30.06.2010 e 31.12.2014	1.593.034,13
9	Total Serviço da Dívida (7+8)	3.311.334,63
10	Juros não pagos, correspondente ao período decorrente entre 01.06.2009 e 30.06.2010	2.239.383,76
11	Total Encargos (9+10)	4.825.713,50

(a) Caso os Bancos tivessem disponibilizado o montante total da compensação em 01.06.2009 as parcelas 2., 3. e 4. não teriam sido cobradas, uma vez que estes juros teriam sido liquidados com o acréscimo de dívida.

2- Justificação Detalhada dos Valores não Assumidos no Anexo 1 ao Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos

O quadro seguinte reproduz o Anexo 1 ao Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos celebrado em 30 de Junho de 2010, o qual detalha os encargos reportados à data de 30.06.2010 que no entendimento da Estradas de Portugal eram enquadráveis na cláusula 4ª, nº 6 do Acordo Tripartido, no total de EUR 8.749.079,56 (coluna a cinzento):

QUADRO 2 - JUROS E ENCARGOS INCORRIDOS DESDE 1 DE JUNHO DE 2009 ATÉ 30 JUNHO DE 2010

	Capital (EUR)	Taxa	Data início	Data fim	Nº dias	Total (EUR)
Juros Remuneratórios						
• Vencido em 15/10/2009	148.900.000,00	2,9680%	01-06-2009	15-10-2009	136	1.669.532,98
• Vencido em 15/04/2010	148.900.000,00	2,3740%	15-10-2009	15-04-2010	182	1.787.081,26
• Vencido em 15/04/2010	148.900.000,00	2,4530%	15-04-2010	30-06-2010	76	771.086,92
Juros Moratórios						
• sobre juros remuneratórios vencidos em 15/10/2009 e não pagos						0,00
• sobre juros remuneratórios vencidos em 15/04/2010 e não pagos						0,00
• sobre juros remuneratórios vencidos em 15/10/2009 e não pagos	1.669.532,98	2,3740%	15-10-2009	15-04-2010	182	20.037,55
• sobre juros remuneratórios vencidos em 15/04/2010 e não pagos	3.476.651,79	2,4530%	15-04-2010	30-06-2010	76	18.004,03
• Juros sobre Quantias Swap vencidas em 15/10/2009	1.606.923,11	2,3740%	15-10-2009	15-04-2010	182	19.286,11
• Juros sobre Quantias Swap vencidas em 15/04/2010	4.260.133,44	2,4530%	15-04-2010	30-06-2010	76	22.061,34
Quantias Swap vencidas em:						
• Em 15/10/2009						1.606.923,11
• Em 15/04/2010						2.633.924,22
Comissão de Gestão do Crédito						28.496,72
Juros Comissão de Agente	28.496,72	2,3740%	30-12-2009	15-04-2010	106	199,20
Juros Comissão de Agente	28.695,92	2,4530%	15-04-2010	30-06-2010	76	148,60
Imposto de Selo						172.297,62
Montantes Adicionais em 30.06.2010						8.749.079,56
Quantias Swap vencidas em 15.10.2010 reportado à data de celebração do contrato						1.124.012,56
Total						9.873.092,12

De seguida apresenta-se o mesmo quadro corrigido quanto aos elementos que no entender da Mafratlântico não foram assumidos ou foram indevidamente assumidos no referido Anexo I (correspondentes às linhas e/ou colunas assinaladas com fundo a azul).

As notas apresentadas na última coluna são efectuadas por referência à tabela constante do ponto 1 – Introdução.

QUADRO 3 - JUROS E ENCARGOS INCORRIDOS DESDE 1 DE JUNHO DE 2009 ATÉ 30 JUNHO DE 2010 (PERSPECTIVA MAFRATLÂNTICO)

	Capital (EUR)	Taxa	Data início	Data fim	Nº dias	Total (EUR)	Diferencial (EUR)	Nota
Juros Remuneratórios								
• Vencido em 15/10/2009	148.900.000,00	2,9680%	01-06-2009	15-10-2009	136	1.669.532,98		
• Vencido em 15/04/2010	148.900.000,00	2,3740%	15-10-2009	15-04-2010	182	1.787.081,26		
• Vencido em 15/04/2010	148.900.000,00	2,4530%	15-04-2010	30-06-2010	76	771.086,92		
Juros Moratórios								
• sobre juros remuneratórios vencidos em 15/10/2009 e não pagos	4.198.709,20	6,1250%	01-06-2009	30-06-2010	364	281.528,34	282.767,39	Nota 2
• sobre juros remuneratórios vencidos em 15/04/2010 e não pagos	6.111.788,61	6,7600%	01-06-2009	30-06-2010	364	377.834,12	392.739,48	Nota 2
• sobre juros remuneratórios vencidos em 15/10/2009 e não pagos	1.669.532,99	2,9980%	15-10-2009	30-06-2010	258	35.612,08	6.664,03	Nota 4
• sobre juros remuneratórios vencidos em 15/04/2010 e não pagos	1.787.081,26	2,3740%	15-04-2010	30-06-2010	76	8.958,45		Nota 4
• Juros sobre Quantias Swap vencidas em 15/10/2009	2.162.256,90	3,6180%	15-10-2009	30-06-2010	258	58.065,18	32.793,69	Nota 3
• Juros sobre Quantias Swap vencidas em 15/04/2010	2.633.924,29	3,0240%	15-04-2010	30-06-2010	76	18.814,97		Nota 3
Quantias Swap vencidas em:								
• Em 15/10/2009						2.162.256,90	555.333,79	Nota 1
• Em 15/04/2010						2.633.924,22		
Comissão de Gestão do Crédito								
Juros Comissão de Agente	28.496,72	2,3740%	30-12-2009	15-04-2010	106	199,20		
Juros Comissão de Agente	28.695,92	2,4530%	15-04-2010	30-06-2010	76	148,60		
Imposto de Selo								
						200.182,32		
Comissão de Estruturação Financeira da parcela Crédito Adicional						218.980,91	218.980,91	Nota 5
Comissão de Assessoria Financeira da parcela Crédito Adicional						218.980,91	218.980,91	Nota 6
Montantes Adicionais em 30.06.2010						10.467.380,06	1.718.300,60	
Quantias Swap vencidas em 15.10.2010 reportado à data de celebração do contrato						1.124.012,56		
Total						11.591.392,62		

Nota 1 - Proporção do fluxo do swap vencido em 15.10.2009, na parte entre 15.04.2009 e 31.05.2009

A verba de EUR 555.333,79 corresponde à quota parte da prestação do *SWAP* que teve início em 15.04.2009 e vencimento em 15.10.2009 (ou seja, vencida após a data de produção de efeitos do Acordo Tripartido – 01.06.2009). Ou seja, esta verba corresponde à parte da prestação do *swap* do período compreendido entre 15.04.2009 e 31.05.2009.

O Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos celebrado em 30.06.2010, que fixou os juros e encargos corridos entre 01.06.2009 e 30.06.2010 (Anexo I do Aditamento), não incluiu a verba respeitante ao período entre 15.04.2009 e 31.05.2009 por indicação da EP.

Contudo, dado que esta verba não está incluída na parcela juros prevista na cláusula 4ª, nº 5 do Acordo Tripartido, entende-se que esta parcela deve ser compensada á Mafratlântico.

Nota 2 - Juros Moratórios entre 01.06.2009 e 30.06.2010, respeitante aos juros vencidos e não pagos em 15.10.2008 e 15.04.2009

À data de produção de efeitos do Acordo Tripartido (01.06.2009) estavam em mora e não pagos os juros remuneratórios do Contrato de Financiamento vencidos em 15.10.2008 e em 15.04.2009, juros que estavam sujeitos ao pagamento de juros de mora. Os juros de mora destas prestações de juros remuneratórias, na parte respeitante ao período após a produção de efeitos do Acordo Tripartido (01.06.2009), totalizam **EUR 685.526,88** (conforme detalhe constante do Quadro 3). Contudo, o Anexo I do Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos não inclui estes juros moratórios.

Entende-se que esta omissão está em desacordo com a cláusula 4ª, nº 6 do Acordo Tripartido, o qual abrange todos os encargos emergentes do Contrato de Financiamento.

Nota 3 - Diferencial de margem dos juros respeitantes aos fluxos *SWAP* vencidos

Este diferencial totaliza **EUR 32.793,99** (conforme detalhe constante do Quadro3) e resulta de divergências na forma de cálculo dos juros sobre os fluxos de *SWAP* vencidos em 15.10.2009 e em 15.04.2010 e não pagos até 30.06.2010.

Estas divergências referem-se a:

1. Base de cálculo do *swap* vencido em 15.10.2009 (o que está relacionado com a Nota 1);
2. Forma de cálculo dos juros de mora: enquanto que os Bancos calcularam os juros de mora de acordo com o princípio estabelecido nos Contratos de Financiamento que consiste na adopção da mesma taxa de juro de mora durante todo o período em que a prestação está efectivamente em mora, os cálculos do Anexo 1 ao Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos assumem a capitalização dos juros de mora em cada período de contagem de juros semestral e o recálculo semestral da taxa de juro de mora;
3. Taxa de juro de mora: o Anexo 1 ao Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos assume a taxa de juro remuneratória do Contrato de Financiamento, enquanto que os Bancos cobraram à Mafratlântico a taxa de juro do Crédito Adicional constante da Ficha Técnica que constitui o Anexo 4 ao Acordo Tripartido, uma vez que aquele crédito tinha por finalidade o financiamento dos encargos com o *SWAP* vincendos (Ver rubrica Finalidade da Ficha Técnica que constitui o Anexo 4 ao Acordo Tripartido). Note-se que a taxa de juro cobrada pelos Bancos foi inferior à que resultaria caso se tivesse adoptado a sobre taxa de mora prevista no Contrato de Financiamento (4%).

Nota 4 - Diferencial mecanismo de cálculo dos juros vencidos e não pagos em 01.06.2009 e 30.06.2010

Este diferencial totaliza **EUR 6.684,03** (conforme detalhe constante do Quadro 3) e resulta de divergências na forma de cálculo dos juros moratórios vencidos em 15.10.2009 e em 15.04.2010 e não pagos.

Estas divergências referem-se a:

1. Forma de cálculo dos juros de mora: enquanto que os Bancos calcularam os juros de mora de acordo com o princípio estabelecido nos Contratos de Financiamento que consiste na adopção da mesma taxa de juro de mora durante todo o período em que a

prestação está efectivamente em mora, os cálculos do Anexo 1 ao Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos assumem a capitalização dos juros de mora em cada período de contagem de juros semestral e o recálculo semestral da taxa de juro de mora;

2. Taxa de juro de mora: Nos termos do Contrato de Financiamento, os Bancos cobraram à Mafratlântico a taxa de juro que estava em vigor na data de início do período de contagem dos juros vencidos e não pagos, enquanto que os cálculos do Anexo 1 ao Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos consideraram que a taxa de juro que passa a vigorar no momento em que a prestação de juros entra em mora. Note-se que a taxa de juro cobrada pelos Bancos foi inferior à que resultaria caso se tivesse adoptado a sobre taxa de mora prevista no Contrato de Financiamento (4%).

Nota 5 - Comissão de Estruturação Financeira da parcela Crédito Adicional

Esta verba (EUR 218.980,91) corresponde à Comissão de Montagem e Tomada Firme prevista na Ficha Técnica integrada no Anexo 4 do Acordo Tripartido celebrado em Setembro de 2009. Esta comissão não foi aceite para efeitos dos cálculos constantes do Anexo I do Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos celebrado em 30.06.2010.

Nota 6 - Comissão de Assessoria Financeira da parcela Crédito Adicional

Esta verba (EUR 218.980,91) corresponde a comissão cobrada pelos Bancos em Junho de 2010 e não foi aceite para efeitos dos cálculos constantes do Anexo I do Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos celebrado em 30.06.2010.

Nota 8 - Valor actual dos diferenciais de Margem respeitantes ao serviço da dívida entre 30.06.2010 e 31.12.2014

Este ponto não se encontra incluído no Quadro 3 mas está referenciado no Quadro 1.

Nos termos da Ficha Técnica integrada no Anexo 4 do Acordo Tripartido, o Crédito Adicional tinha por finalidade (ver esta definição) financiar os Custos do Projecto em dívida, incluindo os juros vencidos do Contrato de Financiamento e os encargos vencidos do *SWAP*, sendo que o Crédito Adicional vencia juros calculados com base numa Margem de 2%, a qual, posteriormente, foi transformada na figura designada por Margem Crescente, uma vez que o prazo de pagamento foi alargado de 1 para 5 anos.

Não obstante, no âmbito das negociações do Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos, a Estradas de Portugal determinou que os juros vencidos do Contrato de Financiamento e os encargos com o *SWAP* continuariam a vencer juros de acordo com a margem do Contrato de Financiamento (pese embora o esgotamento do montante máximo das linhas de crédito). Nesta circunstância, e tendo os Bancos aprovado que aqueles encargos seriam remunerados nos termos previstos na Ficha Técnica para o Crédito Adicional, os Bancos mantiveram essa exigência junto da Mafratlântico.

Consequentemente, apurou-se a remuneração futura devida de acordo com ambos os mecanismos (mecanismo aprovado pelos Bancos e mecanismo fixado no Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos) e exigiu-se à Mafratlântico o valor actual do diferencial associado a estes 2 mecanismos (EUR 1.593.034,13).

142

Nota 10 - Juros não pagos, correspondente ao período decorrente entre 01.06.2009 e 30.06.2010

Este ponto não se encontra incluído no Quadro 3 mas está referenciado no Quadro 1.

O Acordo Tripartido celebrado em Setembro de 2009 consagra o direito da Mafratlântico ao recebimento de uma compensação por contrapartida da transferência das vias, tendo a referida compensação sido fixada no montante de EUR 200 milhões (cláusula 4ª, nº 6), a que acrescem juros do Contrato de Financiamento e encargos com *swap* devidos a partir de 01.06.2009.

Por razões alheias à Mafratlântico, parte do crédito previsto na Ficha Técnica incluída no Anexo 4 do referido Acordo Tripartido (EUR 51,1 milhões) não foi disponibilizado à Empresa, pelo que os juros continuaram a ser contados exclusivamente sobre o montante utilizado ao abrigo do Contrato de Financiamento (EUR 148,9 milhões) e não sobre o montante da compensação (EUR 200 milhões). Por esta razão, o diferencial do crédito não utilizado gerou uma poupança de juros no montante de **EUR 2.239.383,76**, correspondente aos juros sobre a parcela do crédito não utilizado (EUR 51,1 milhões) relativos ao período de 01.06.2009 (data de produção de efeitos do Acordo Tripartido) a 30.06.2010 (data de celebração do Aditamento ao Contrato de Cessão de Créditos).

Contudo, a Mafratlântico continuou a suportar encargos sobre a totalidade dos custos incorridos com a construção da infra-estrutura, uma vez que os fornecedores (construtores com créditos sobre a Mafratlântico que seriam liquidados através do Crédito Adicional) continuaram a imputar à Mafratlântico juros no período compreendido entre 01.06.2009 e 30.06.2010.

PARECER

Concordo com o parecer
e considerando a
urgente necessidade
condução do plano pendente

18.12.13

[Handwritten signature]

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

18.12.13

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13713

ASSUNTO: Reforço e alteração do sistema de abastecimento do Jeromelo -
Desenvolvimento da empreitada

Depois de (previamente) se obter os indispensáveis esclarecimentos por parte da concessionária BE WATER-Águas de Mafra, SA, sobre o assunto em epígrafe, presta-se a seguinte informação para efeitos decisórios:

1.) Do ponto de vista técnico e da gestão do Sistema Público de Distribuição de Água, a obra em causa é absolutamente fundamental para que, no que respeita às pressões no abastecimento de água às habitações da localidade, possa ser prestado um serviço com o nível qualidade legalmente exigido no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23/08

(Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais), razão pela qual, aliás, das obras já decididas executar e (inclusivamente) também já adjudicadas pela CMM, a conclusão desta obra encontra-se graduada em 1.º lugar no Plano e Programa Bianual de Investimentos no Sistema Público de Abastecimento de Água do Concelho, para o biénio 2013-2014, em termos de PRIORIDADE e URGÊNCIA.

2.) De facto, conforme se encontra tecnicamente explicitado e justificado pela concessionária no aludido documento, a área urbana próxima do RESERVATÓRIO DE ÁGUA do JEROMELO, com cotas (de altitude) muito próximas deste, apresenta actualmente pressões de fornecimento muito baixas (cerca de 1 Bar e até inferior em alguns períodos do dia) que motiva, recorrentemente, legítimas reclamações de falta de pressão por parte dos munícipes consumidores, constituindo uma inegável situação de incumprimento legal na qualidade geral do serviço prestado porquanto, regulamentarmente [D.R. n.º 23/95 de 23/08, Art. 21º, alínea e)], a pressão mínima disponível na rede pública não deve ser inferior a 1,4 Bar ou seja, 14 m.c.a. (metros de coluna de água).

Para aumentar a pressão disponível na Rede Pública para os níveis legalmente exigidos e, conseqüentemente, também nas (torneiras das) habitações afectadas, é necessário dotar a Rede Pública de Distribuição de Água, que serve toda essa área, de um de um equipamento SOBREPRESSOR (Grupo HIDROPRESSOR), a localizar na Câmara de Manobras do RESERVATÓRIO DE ÁGUA do JEROMELO, situado em PROPRIEDADE PRIVADA.

3.) Conforme referenciado em 1.), não obstante de se encontrar inclusivamente já adjudicada (à empresa municipal GIATUL, EM), a obra que permitirá corrigir a deficiência de pressão existente na rede pública,

encontra-se pendente e impossibilitada de poder ser executada, porque torna-se necessário invadir propriedade (privada) alheia para aceder à infra-estrutura pública (RESERVATÓRIO DE ÁGUA do JEROMELO) onde irá ser instalado o dispositivo SOBREPRESSOR bem como as respectivas tubagens de interligação;

4.) E, conforme expresso pela concessionária no último parágrafo do seu ofício anexo, para conceder autorização de ocupação e de execução dos trabalhos da empreitada na sua propriedade (privada), onde se encontra instalado o RESERVATÓRIO DE ÁGUA do JEROMELO, a título compensatório, o proprietário reivindica um pagamento pecuniário cujo valor, de acordo com superior determinação recebida (Sr. Vice-Presidente), deverá ser objecto de aferição por parte da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis.

À Consideração Superior

O Técnico Superior



(Jorge Antão)



DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

AVALIAÇÃO

1 – Introdução

A fim de analisar o valor da compensação solicitada pelo proprietário do terreno onde se encontra implantado um depósito de abastecimento de água ao Jeromelo, efectuou-se a avaliação da parcela de terreno ocupada pelo depósito, com base no método do rendimento, conforme abaixo indicado.

2 – Avaliação do terreno

2.1 Dados e Pressupostos

- Artigo 100 (rústico) – Secção B – Milharado.
- Área do artigo: 9112 m².
- Área ocupada pelo depósito e pelo equipamento complementar: cerca de 190 m².
- Classificação do terreno no PDM: espaço natural.
- Carta de condicionantes do PDM - REN (Risco de Erosão Hídrica).
- Tendo o reservatório cerca de 40 anos e admitindo o tempo de via útil de 80 anos, considera-se que irá permanecer no local mais 40 anos.
- Face às características do terreno e com base nos valores de mercado, a renda desta parcela de 190 m² não deverá ultrapassar os 3,5€/mês.

2.2 Valor da parcela do terreno com 190m², durante 40 anos.

- Valor da avaliação = 3,5€/mês x 12 meses x 40 anos = 1680€ (a preços constantes).

3 - Conclusão

Face ao exposto, é aceitável o valor de 1000€ de compensação pela ocupação do espaço.

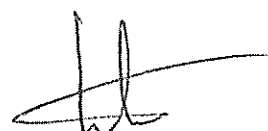
Mafra, 18 de Dezembro de 2013

A Comissão de Avaliação,

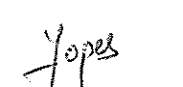
O Técnico


_____
(António Fernandes)

O Técnico


_____
(João Mota)

O Técnico


_____
(Joaquim Lopes)